



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
DEPARTAMENTO DE SAÚDE - DSAU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA - PPGSC

CLARICE ALVES DOS SANTOS

**AGRESSOR SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E
FATORES ASSOCIADOS À VIOLAÇÃO E VÍTIMAS**

Feira de Santana/BA

2012

CLARICE ALVES DOS SANTOS

**AGRESSOR SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E
FATORES ASSOCIADOS À VIOLAÇÃO E VÍTIMAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Área de Concentração: Epidemiologia
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Conceição Oliveira Costa

Feira de Santana/BA

2012

Catálogo-na-Publicação: Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

Santos, Clarice Alves dos
**S234a Agressor sexual de crianças e adolescentes e fatores
associados à violação e vítimas / Clarice Alves dos Santos. –
Feira de Santana - BA, 2012.
106f.**

Orientadora: Profa. Dra. Maria Conceição Oliveira Costa.
Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)– Universidade
Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em
Saúde Coletiva, 2012.

1. Violência sexual - criança e adolescente - Feira de
Santana, BA. 2. Abuso sexual - criança e adolescente - Feira de
Santana, BA. 3. Agressor sexual - criança e adolescente - Feira
de Santana, BA. I. Costa, Maria Conceição Oliveira.
II. Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-
Graduação em Saúde Coletiva. III. Título.

CDU: 614:343.541(814.22)-053.2/.6

**AGRESSOR SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E FATORES
ASSOCIADOS À VIOLAÇÃO E VÍTIMAS**

Por:

CLARICE ALVES DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, com vista à obtenção do título
de Mestre em Saúde Coletiva, área de Concentração Epidemiologia.

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Maria Conceição Oliveira Costa
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Profª Drª Simone Gonçalves de Assis
Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, RJ

Prof Dr Carlito Lopes Nascimento Sobrinho
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Feira de Santana/BA, 22 de março de 2012

AGRADECIMENTOS

Ao meu amado Deus, meu “porto seguro”, pelo dom da vida, por sua presença constante e principalmente por me amparar nos momentos difíceis, dando-me forças para superar as dificuldades e mostrando-me o caminho nas horas incertas. Obrigada Senhor por me possibilitar escrever essa página da minha vida!!!

A minha família, meu alicerce, pelo amor, carinho e compreensão. Especialmente, a minha mãe Ivonete, meu pai Manoel e minhas irmãs Letícia, Manuela e Mariana. Amo muito vocês!

A professora Alba Benemérita, pela generosidade, ensinamentos, amizade e torcida. E aos amigos Saulo Vasconcelos e Jefferson Paixão, pela amizade, companheirismo, apoio e incentivo. Vocês são muito importantes na minha vida!

Aos amigos Heloísa, Suélem, Thales e Tatiane pelo companheirismo e por todos os momentos especiais que passamos juntos. “Sentiremos saudades de todas as conversas jogadas fora, as descobertas que fizemos, dos sonhos que tivemos, dos tantos risos e momentos que compartilhamos...” (Vinícius de Moraes)

A minha orientadora Prof^a Dr^a Maria Conceição Oliveira Costa, pelo exemplo de garra e determinação, pelo acolhimento, dedicação, sabedoria e orientação.

A equipe do NNEPA, especialmente as amigas e companheiras Milena, Thyana, Vanessa, Bruna, Mona Lisa, Ohana pela amizade, companheirismo, apoio e pelos momentos maravilhosos que passamos juntas. Muito Obrigada!!!

A todos os profissionais das Delegacias de Polícia Civil e Especializadas pelo importante trabalho desenvolvido. Especialmente àqueles que emprestaram seu tempo contribuindo para o desenvolvimento dessa pesquisa.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva pelos momentos únicos de aprendizagem. Em especial ao professore Dr. Nelson Fernandes de Oliveira e ao estimado professor Davi Felix pela generosidade e apoio.

Finalmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido durante o período do mestrado.

*Agradecimento especial ao meu marido **Eduardo Barbosa** pela paciência, dedicação e principalmente por apoiar e compreender o meu desejo de fazer o Mestrado.*

RESUMO

Objetivos: caracterizar agressores sexuais de crianças e adolescentes e o perfil da violação e das vítimas (sexo e faixa etária), buscando possíveis associações entre a tipologia dos molestadores e esses perfis, segundo registros das Delegacias de polícia civil e especializadas (DAÍ, DEAM, DERCA) de Feira de Santana - Bahia.

Método: estudo transversal, de caráter exploratório, com base nos Relatórios de Inquéritos Policiais, Boletins de Ocorrência e Termos Circunstanciados dessas Instâncias, no período de 2005 a 2010. Foram realizadas análises bivariadas, utilizando como medidas de associação (razão de prevalência e respectivos intervalos de confiança) para determinar possíveis associações entre tipologia dos agressores e características da violação e vítimas. Como medida de significância estatística utilizou-se o qui-quadrado de Pearson, adotando $\alpha = 5\%$. A análise foi feita com auxílio do *SPSS 10.0* e *R Foundation for Statistical Computing*.

Resultados: Esta dissertação foi apresentada na forma de artigo, cujo resultado sugere que a maioria dos agressores era do sexo masculino (98,0%), solteiro (61,3%) e adulto (25-49) (40%), sendo 27,5% adolescentes e 17,0% jovens; cerca de 60%, eram alguém do ciclo de conhecido da vítima (vizinhos/pessoas da comunidade, amigos, namorados e colegas), 16,5% eram pai ou padrasto e 10,5% outros familiares. O contexto da ocorrência foi extrafamiliar (72,3%); com contato físico (88,3%); penetração (66,7%) e envolvendo agressão física (42,9%). A reincidência do abuso e a participação de agressor único foram observadas em 41,8% e 86,4% dos casos, respectivamente. Associações significativas foram verificadas entre agressor adolescente e ocorrência do abuso no contexto extrafamiliar, com penetração, agressão e intimidação física/ameaça. O sexo da vítima mostrou associação estatística entre agressor adolescente e solteiro, com histórico de detenção, outras vitimizações e participação de múltiplos agressores.

Conclusões: a significativa participação de adolescentes e jovens na condição de agressores, a elevada prevalência do abuso sexual ocorrido no contexto extrafamiliar, envolvendo formas graves de violação, perpetrado por agressores adolescentes, além da expressiva participação de molestadores no ciclo de convivência das vítimas (vizinhos, pessoas da comunidade, amigos, colegas, namorados e familiares), sugere a necessidade de atuação dos diferentes setores sociais, na interrupção do ciclo de violação – agressão e transmissão geracional da violência. Esse fenômeno constitui um desafio atual, para as políticas públicas e diferentes áreas do conhecimento, quanto aos investimentos voltados à proteção e bem estar das gerações futuras, no gozo dos direitos fundamentais, assegurados por leis vigentes, nos distintos países e contextos socioculturais.

Palavras Chave: agressor sexual; violência - abuso sexual; infância e adolescência; fatores associados.

ABSTRACT

Objectives: Characterizing sexual offenders against children and adolescents and the violation profile (sex and age), looking for possible associations between the typology of the perpetrators and those profiles, according to records of police stations and specialized civilian police (DAI, DEAM, DERCA) of Feira de Santana - Bahia.

Method: cross sectional study, exploratory, based on the Survey of Police, Occurrence Bulletins and detailed terms of these instances, in the period from 2005 to 2010. Bivariate analyzes were performed through the prevalence ratio and confidence intervals, to determine possible associations between the type and characteristics of perpetrators and victims of rape. In order to assess the extent of statistical significance we used the chi-square test, adopting $\alpha = 5\%$. The proposal of the multivariate analysis (logistic regression) justifies further study of the bivariate associations, considering the independent variable (age of offender), the dependent variables (type of violation and characteristics of the victim) and covariates (socio-demographic characteristics, history and habits of the offender). The analysis was performed with the aid of SPSS 10.0 and R Foundation for Statistical Computing.

Results: This thesis was presented in the form of article, which result suggests that most offenders were male (98.0%), single marital status (61.3%), and adult (25-49) (40%), 27,5% adolescents and 17.0% of young, about 60%, were one cycle known to the victim (neighbors / community members, friends, lovers and colleagues), 16.5% were father or stepfather and 10.5% other family members. The context of occurrence was extrafamilial (72.3%), with physical contact (88.3%), penetration (66.7%) and involving physical aggression (42.9%). The recurrence of abuse and the involvement of single offender were observed in 41.8% and 86.4% of cases, respectively. Significant associations were found between teenage offender and the occurrence of abuse outside the family context, with penetration, intimidation and physical assault / threat. The gender of the victim showed a statistical association between adolescent offender, marital status single, with a history of arrest, and participation of multiple offenders the victimization. **Conclusions:** the significant participation of adolescents and young in the condition of offenders, and the high prevalence of sexual abuse outside the family context, involving serious violations, perpetrated by adolescents offenders, in addition to the significant participation of molesters in the cycle of living victims (neighbors, people community, friends, colleagues, lovers and family), suggests the need for action by different social sectors in the effective prevention measures for interruption of the cycle violation - the generational transmission of aggression and violence. This phenomenon constitutes a current challenge for public policies and different areas of knowledge, requiring to investments aimed at the protection and well being of future generations, in the enjoyment of fundamental rights, guaranteed by laws, in different countries and sociocultural contexts.

Keywords: sex offender, violence - sexual abuse, childhood and adolescence, associated factors.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	09
2 OBJETIVOS	12
3 REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1 Contextualizando a violência contra crianças e adolescentes	13
3.2 Violência sexual infanto-juvenil: um problema de saúde pública	15
3.2.1 Abuso sexual intra e extrafamiliar	18
3.2.2 Exploração sexual comercial	21
3.2.3 Dimensões ocultas da violência sexual contra crianças e adolescentes .	25
3.3 Tipologia do agressor sexual de crianças e adolescentes	26
3.3.1 Agressor sexual: mudança no perfil do vitimizador/perpetuador	35
3.4 Modelo teórico	38
4 METODOLOGIA	39
4.1 Tipo do estudo	40
4.2 Campo de estudo	40
4.3 População do estudo	41
4.4 Instituições estudadas	41
4.5 Instrumento de coleta de dados	43
4.6 Coleta de Dados	43
4.7 Variáveis do estudo	44
4.8 Análises de Dados	45
4.9 Aspectos Éticos	47
4.10 Fluxograma de coleta e análise de dados	48
5 RESULTADOS.....	49
5.1 Artigo I	49
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
APÊNDICES	88
APÊNDICE A – Formulário de coleta de dados	88
APÊNDICE B – Pedido de autorização para coleta de dados	91
APÊNDICE C – Cronograma da pesquisa	94
APÊNDICE D – Orçamento da pesquisa	95
APÊNDICE E – Tabelas com outros resultados	96
ANEXOS	109
ANEXO A – Autorização das Instâncias para coleta de dados	109
ANEXO B – Aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP	115

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A violência, enquanto violação dos direitos humanos, apresenta-se como fenômeno mundial e endêmico, que envolve relação assimétrica e desigual de poder social, político e econômico, capaz de provocar lesões, danos, privações e distúrbios, especialmente em populações e grupos vulneráveis como crianças e adolescentes. Do ponto de vista estrutural, a violência se manifesta pela ausência ou deficiência de políticas educacionais, sanitárias ou econômicas, que se manifesta pelas condições desfavoráveis ao pleno crescimento e desenvolvimento saudáveis dos indivíduos (DESLANDES, ASSIS & SANTOS, 2005; MINAYO, 2005; KRUG et al, 2002).

A vitimização sexual de crianças e adolescentes, como manifestação da violência, constitui um problema complexo e traumático que compromete o desenvolvimento e a saúde das vítimas, pelas severas conseqüências emocionais, comportamentais, sociais e cognitivas (DESLANDES, ASSIS & SANTOS, 2005; CICCETTI; TOTH, 2005; HABIGZANG et al, 2006; MINAYO e SOUZA, 1999; PFEIFFER; SALVAGNI, 2005; PINHEIRO, 2006). A violação sexual tem expressão nos contextos desenvolvidos e subdesenvolvidos e nas últimas décadas, tem mobilizado Instâncias Internacionais de defesa dos direitos humanos, em função da invisibilidade, as inúmeras dificuldades relacionadas à identificação, denúncia e notificação dos casos e a gravidade das repercussão. (PINHEIRO, 2006; KRUNG et al, 2002; FINKELHOR; ORMROD; TURNER, 2009; HEBERT et al, 2009; TOCROMÉ et al, 2005).

Na perspectiva da violação sexual, nas últimas décadas, a literatura tem mostrado mudanças de perfil do agressor que, além de adultos, idosos e jovens, passou a considerar a faixa adolescente (AYLWIN et al, 2000; BAROWSKY; HOGAN; IRLANDA, 1997; FIRESTONE et al, 2005; POOTINGA; LEMMEN; MAJESKE, 2007; ROE-SEPOWITZ; KRYSIK, 2008; VANDIVER; TESKE, 2006). A literatura tem apontado os adolescentes, como autores em cerca de 20 a 25% dos casos (FINKELHOR; ORMROD; CHAFFIN, 2009; KELLOGG, 2005; LAFORTUNE et al, 2004; MARTINS; MELLO JORGE, 2010).

Pesquisadores sugerem que a motivação para a vitimização sexual de crianças e adolescentes pode começar ainda na fase da puberdade ou

adolescência, podendo estar relacionada a múltiplos fatores, destacando-se aspectos ambientais e problemas psicossociais, resultantes de experiências traumáticas (HALL; RICHARD, 2007). A violação vivenciada precocemente pode aumentar o risco do indivíduo se tornar um agressor (MCGRATH, NILSEN & KERLEY, 2011) (ciclo vítima – agressor). Nesse caso, a vítima se identifica com o violador, assumindo, posteriormente, o seu papel; seja por um padrão de excitação sexual impressamente estabelecido, pelo abuso precoce; por um comportamento hipersexual conduzido pelo abuso; ou como uma forma social de exercer poder (COHEN, 2002; COHEN, 2002a; HALL; RICHARD, 2007; MCGRATH; NILSEN; KERLEY, 2011).

A mudança no perfil do agressor e a crescente participação de adolescentes na condição de perpetradores têm motivado a realização de estudos de diferentes nacionalidades (BOROWSKY; HOGAN; IRLANDA, 1997; GAGNON; TOURIGNY; LÉVESQUE, 2008; UNDERWOOD et al, 2008), considerando que a violação pode indicar um padrão de comportamento previamente estabelecido, pelo histórico de vitimização na infância (FELSON; LANE, 2009; FIRESTONE et al, 2005; WORLING, 1995).

No Brasil, estudos com foco no agressor sexual são escassos. A maior parte das pesquisas descreve o perpetrador como um aspecto decorrente do estudo das violações e características das vítimas. Desse modo, o aprofundamento na temática dos agressores sexuais de crianças e adolescentes constitui importante elemento de ação e compreensão do fenômeno, permitindo fortalecer políticas públicas de prevenção e enfrentamento da violência sexual e adoção de medidas terapêuticas e jurídicas voltadas aos agressores, especialmente o grupo infanto-juvenil.

A aproximação e o interesse por este objeto de estudo se deu a partir da inserção no Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência – NNEPA, o qual desenvolve estudos na área da violência infanto-juvenil, em diferentes perspectivas: Escolas (com professores e alunos); Serviços de Saúde (Unidades Básicas, Emergências, Hospitais e Sistema Viva); Instâncias de Garantia de Direito (Conselhos Tutelares e Centro de Referência Especializadas de Assistência Sociais), sendo incluído recentemente as Delegacias de Polícia Civil e Especializadas, no intuito de aprofundar conhecimentos que possam contribuir para a formação de novos pesquisadores, divulgar o conhecimento nessa área e subsidiar políticas e ações de prevenção e enfrentamento.

Diante do exposto e tendo em vista alcançar os objetivos propostos, elaborou-se as seguintes questões de investigação: Qual o perfil do agressor? Quais os fatores associados a características do agressor e tipologia da violação e vítimas?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Estudar características de agressores sexuais de crianças e adolescentes e buscar possíveis associações com a tipologia da violação com dados das vítimas, segundo registros nas Delegacias de Polícia Civil e Especializadas (DAÍ, DERCA e DEAM de Feira de Santana, no período 2005 a 2010).

2.2 Objetivos Específicos

- Aprofundar o conhecimento teórico sobre o ciclo vítima – agressor na perspectiva de compreender melhor este fenômeno;
- Avaliar possíveis associações entre características dos agressores sexuais e a tipologia da violação e das vítimas;

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Contextualizando a violência contra crianças e adolescentes

Associada ao conceito de epidemia (FERREIRA; SCHRAMM, 2000), a violência faz parte do universo da Saúde Pública, pois traz consigo o significado de agravo e ameaça a vida, as condições de trabalho, as relações interpessoais, à qualidade de vida e existência, e, no sentido mais restrito, afeta a saúde (MINAYO; SOUZA, 1999). E quando relacionada às crianças e adolescentes, a violência é uma comum e grave violação dos direitos, por negar-lhes a liberdade, a dignidade, o respeito e a oportunidade de crescer e se desenvolver em condições saudáveis (PESCE, 2009).

Embora a violência em suas diferentes formas deva ocupar o topo da agenda mundial, na prática esse fenômeno é cercado por um muro de silêncio e perpetuado pela relações desiguais de poder na sociedade (SHARMA; GUPTA, 2004). Estatísticas apontam que a violência ocupa às primeiras posições nas listas de morbimortalidade em todo mundo e vitimiza anualmente mais de 1,6 milhões de pessoas, em sua maioria, jovens e adultos com idade entre 15 e 44 anos (OPAS, 2003).

No Brasil, as estatísticas chamam a atenção para o impacto da violência sobre a vida e a morte de milhares de pessoas e ressaltam a dimensão e complexidade desse tema no quadro de problemas sociais (MINAYO, 2005). As causas externas ocupam o segundo lugar entre as causas de óbitos gerais e o primeiro nas faixas etárias de 5 a 49 anos. Dados de mortalidade por acidentes e violência demonstram que a população infanto-juvenil e adulto são as mais vulneráveis a esse tipo de agravo. Do total de 116.199 mortes por causas externas (acidentes e violência), 73,5% (N=85.409) foram de pessoas na faixa etária de 15 a 49 anos e 18,86% (N=21.924) na faixa etária de 0 a 19 anos (MINAYO, 2005).

Dados extraídos do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM apontam que, do total de 36.130 óbitos por causas externas, no período de 2007, na região Nordeste do país, 74,67% foram de pessoas na faixa etária de 15 a 49. Na região Metropolitana de Salvador, no ano de 2008 morreram 3.584 pessoas por local

de residência, dos quais 83,67% tinham idade entre 15 a 49 anos. Esses dados sugerem que as causas externas (acidentes e violência) têm atingido um número expressivo de jovens e adultos em idade produtiva, o que pode comprometer a estrutura demográfica e econômica do país/região (BRASIL, 2010).

Nesse cenário de agravamento à saúde, a Epidemiologia tem oferecido valiosas contribuições aos estudos da violência, compreendida como um fenômeno complexo e multifacetado, que exige para a sua compreensão uma abordagem que perpassa desde os aspectos biológicos até os aspectos psicossociais do indivíduo (MINAYO; SOUZA, 1997; MINAYO, 2005).

Levando em consideração a natureza multifacetada da violência a Organização Mundial de Saúde/OMS, desenvolveu um Modelo Ecológico como uma ferramenta analítica para compreensão desse fenômeno. Este modelo reconhece de maneira ampla e complexa alguns fatores no nível individual, dos relacionamentos, da comunidade, e da sociedade que podem potencializar ou diminuir o risco da violência (KRUG et al, 2002).

No nível individual estes fatores são representados pelas características biológicas (sexo, idade), crenças, deficiência de atenção, hiperatividade e história pessoal; no nível dos relacionamentos são refletidos na forma como os indivíduos interagem entre si e com as pessoas do seu convívio social (familiares, vizinhos, amigos, colegas), a supervisão pobre por parte dos pais e a disciplina severa; no nível da comunidade estão relacionados às estruturas das relações sociais, como os bairros, locais de trabalho e escolas, e as características dos ambientes; e no nível social referem-se às condições básicas da sociedade como o grau de desenvolvimento econômico, o status social, a migração e a urbanização, as quais podem promover ou inibir as diferentes formas de violência (HARVEY; GARCIA-MORENO; BUTCHART, 2007; KRUG et al, 2002; PINHEIRO, 2006).

Desse modo, o modelo apresentado enfatiza que, a probabilidade da violência ocorrer, repetir, ou cessar pode ser influenciada por uma combinação de fatores, atuando em diferentes níveis que vai desde o biológico até o social, e perpassa o ambiente doméstico e familiar, a escola, as instituições e os locais de trabalho, a comunidade e a sociedade em geral (PINHEIRO, 2006). Esse modelo também se aplica à violência sexual e sugere a intervenção dos diferentes Setores Sociais na construção de políticas e ações de prevenção e enfrentamento do fenômeno.

3.2 Violência sexual infanto-juvenil: um problema de Saúde Pública

A violência sexual infanto-juvenil representa um grave problema de saúde em diversos países do mundo, inclusive o Brasil, devido a sua elevada incidência na população e ao comprometimento gerado no desenvolvimento físico, psicológico e social da vítima e de seus familiares (DESLANDES; ASSIS; SANTOS, 2005; HABIGZANG et al, 2006; HEBERT et al, 2009; FINKELHOR; ORMROD; TURNER, 2009; PFEIFFER; SALVAGNI, 2005; TOCROMÉ et al, 2005).

Também considerada uma violação do direito de criança e adolescente de se desenvolverem em condições seguras e saudáveis (VASCONCELOS; GARCIA, 2007), a violência sexual, tornou-se uma das temáticas centrais da Saúde Pública, passando a incorporar, a partir dos anos 90, o foco da atenção nessa área e receber implantação de Políticas Públicas direcionadas à criança e adolescente em situação de vulnerabilidade, tanto no nível de cuidados assistenciais e imediatos oferecidos nas emergências hospitalares, quanto no nível de prevenção e promoção da saúde (FIGUEIREDO et al, 2007; MINAYO; SOUZA, 1999).

A Organização Mundial de Saúde - OMS aponta alguns grupos ou categorias de crianças e adolescentes mais vulneráveis às diferentes formas de violência. Altos níveis de vulnerabilidade podem ser associados às crianças com deficiência, órfãs, indígenas, de minorias étnicas e outros grupos marginalizados, como as crianças que vivem ou trabalham nas ruas, crianças em instituições de detenção e que vivem nas comunidades em que a desigualdade, o desemprego e a pobreza são altamente concentrados (PINHEIRO, 2006). Outros fatores que poderão ser apontados como característicos da violência sexual são as desigualdades de gênero; os estereótipos dos papéis de gênero; a pobreza, estresse econômico e desemprego; as disfunções e relacionamentos doentios, marcadas pela desigualdade, desequilíbrio de poder e conflitos; o abuso de álcool e de outras substâncias psicoativas; e ter presenciado ou ser vítima de violência sexual quando criança (HARVEY; GARCIA-MORENO; BUTCHART, 2007).

Com profundas raízes culturais, históricas, sociais e psíquicas, a violência sexual é um fenômeno complexo, permeado por relações assimétricas, sedutoras e objetualizantes entre adultos, crianças e adolescentes (VASCONCELOS; FIGARO-GARCIA, 2007), que atinge todas as faixas etárias, classes sociais e ambos os

sexos, especialmente crianças, adolescentes e mulheres jovens (CONCHA-EASTMAN; MALO, 2007; GOMES et al., 2006; VIODRES INOUE; RISTUM, 2008). Estima-se que 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos menores de 18 anos em todo mundo tiveram relações sexuais forçadas ou outras formas de violência sexual envolvendo contato físico (PINHEIRO, 2006). Estudos apontam que meninas e meninos vivenciam níveis significativos de coerção sexual, embora em diferentes proporções (FINKELHOR; ORMROD; TURNER, 2009; HABIGZANG et al, 2005; JEWKES et al. 2002), e que quanto menor a idade de iniciação sexual, mais provável é que a primeira experiência tenha sido forçada (GARCIA-MORENO et al, 2005; KOENIG et al, 2004).

A diferença na proporção de vitimização sexual de meninos e meninas torna-se acentuada principalmente na faixa etária da adolescência (entre 14 e 17 anos), onde as meninas tornam-se mais vulneráveis a esse tipo de vitimização do que os meninos na mesma faixa etária (FINKELHOR; HAMMER; SEDLAK, 2008; FINKELHOR; ORMROD; TURNER, 2009). Essa evidência pode estar associada às relações desiguais de poder atribuída ao gênero dentro da sociedade (PINHEIRO, 2006), a qual refletirá nos comportamentos assumidos por homens e mulheres dentro do convívio social.

Estudos apontam alguns fatores relacionados às crianças e adolescentes em situação de abuso sexual, os quais devem despertar a atenção de pais, responsáveis, professores e profissionais de saúde: distúrbios afetivos e alimentares, isolamento social, medo, comportamentos agressivos, pesadelos, perda de interesse por brincadeiras e estudos, baixa auto-estima, fugas de casa, idéias suicidas ou homicidas, déficit de linguagem e aprendizagem, uso de álcool e drogas, gravidez indesejada, aborto, além de alterações físicas como hemorragias vaginais ou retais, dores ao urinar ou evacuar e infecções genitais sem explicação (ADED et al, 2006; SHARMA; GUPTA, 2004).

Além de seu impacto negativo sobre a saúde, o desenvolvimento biopsicossocial e os direitos da criança, a violência infanto-juvenil traz conseqüências econômicas diretas e indiretas para a família e a sociedade. Entre as conseqüências diretas encontram-se os custos com a assistência médica às vítimas, serviços de assistência jurídica e social, entre outros. Entre os custos indiretos estão lesões permanentes ou eventuais deficiências, custos psicológicos ou outros impactos sobre a qualidade de vida da vítima, dificuldade de aprendizagem,

interrupção dos estudos e dificuldade de se inserir futuramente no mercado produtivo (CONCHA-EASTMAN; MALO, 2007; DREZETT, 2000; WATERS et al. 2004).

Nos Estados Unidos, em 2001 foram estimados 94 bilhões de dólares em custos financeiros associados ao abuso sexual e negligência infantil, incluindo lucros futuros perdidos e despesa com cuidados a saúde mental (FROMM, 2001). Esse dado revela o quanto a violência tem causado impacto econômico aos cofres públicos.

Diante da magnitude do problema e dos comprometimentos a integridade física e psicossocial a que estão sujeitos os indivíduos expostos a violência sexual, a área da saúde pública, cuja ênfase está voltada a prevenção, deverá entender tanto o comportamento agressor quanto as suas conseqüências, possíveis de serem evitados. Nesta perspectiva, KRUG et al, (2002) assinalam que a saúde pública deverá ter como prioridade persuadir os mais diversos setores tanto nos níveis global, nacional como no nível comunitário a se comprometerem na criação de condições seguras e saudáveis em todo mundo, revelar o conhecimento a respeito de todos os aspectos que envolvem situações de risco à violência sexual de crianças e adolescentes, investigar causas e demais fatores relacionados, propor e avaliar intervenções voltadas a sua prevenção, assim como analisar a relação custo/efetividade dos programas adotados.

Portanto, sendo as crianças e os adolescentes sujeitos dotados de direitos, aos quais se encontram mais vulneráveis a violência sexual, essa atenção deverá ser ainda mais efetiva no intuito de conhecer esse fenômeno, diminuir os seus riscos, garantir a integridade física, psicológica e social, bem como, oferecer um futuro mais digno e saudável às crianças e aos adolescentes nos diferentes espaços sociais.

Para melhor compreensão da violência sexual infanto-juvenil, este fenômeno foi subdividido em duas categoriais/formas: abuso sexual, que pode manifestar-se nas modalidades intra e extrafamiliar; e a exploração sexual comercial revelada na forma de turismo sexual, tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais, prostituição e pornografia (VASCONCELOS; FIGARO-GARCIA, 2007).

3.2.1 Abuso sexual intra e extrafamiliar

O abuso sexual de crianças e adolescentes é uma forma de violência que pode envolver poder, coação e/ou sedução (ARAÚJO, 2002) e na maioria das sociedades, ocorre dentro da própria residência da criança, tendo como perpetrador uma pessoa conhecida da família (pais, padrastos, tios, avós, amigos, vizinhos). Embora, também possa ocorrer nas escolas e em outros ambientes educacionais, tanto por colegas quanto por professores (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005; PINHEIRO, 2006).

Definido como atos em que o adulto se utiliza da criança para obter gratificação sexual (KRUG et al, 2002), o abuso sexual de crianças e adolescentes em seu sentido mais amplo pode variar desde atos em que não exista contato físico, como *voyeurismo*, que se caracteriza pela obtenção de prazer através da visualização de genitálias ou partes corporais da vítima, podendo provocar reações de repugnância na criança ou adolescente, sendo a internet o grande veiculador desse tipo de abuso e o *exibicionismo*, que tem o propósito de impactar e provocar reações na criança/adolescentes, a partir da exibição do agressor, até os diferentes tipos de atos com contato físico (sem ou com penetração), como masturbação, toques e carícias aos órgãos genitais, penetração em termos de sexo oral, anal ou vaginal ou tentativa de relações sexuais (ABRÁPIA, 2002; ANDREWS et al, 2004; BORGES; DELL'AGLIO, 2008).

Nesse contexto de abuso sexual se destaca o incesto e a pedofilia. O primeiro é caracterizado como um estupro, uma relação sexual imposta, ainda que não exista a violência física no momento, onde há laço familiar entre o abusador e o abusado, seja consanguíneo ou não (PIMENTEL; ARAÚJO, 2006). A segunda é definida como uma disfunção relacionada à psiquiatria, a qual se manifesta por perversão sexual, fundamentada na preferência ou atração por crianças e adolescentes em idade púberes, independente do sexo, onde o agressor se satisfaz através de fotos, fantasias ou através da consumação do ato sexual. Esse tipo de agressão pode se manifestar através do estupro, atentado violento ao pudor, corrupção de menores, pornografia e exploração sexual, praticadas por indivíduo adulto ou por adolescente com dezesseis anos ou mais (COSTA, 2006; SPIZZIRRI; MACHADO; ABDO, 2006).

Estas diferentes formas de manifestações do abuso sexual de crianças e

adolescentes dependem de uma série de fatores, tais como características individuais da vítima, relação do perpetrador com a vítima e circunstâncias em que ocorreu o abuso (KRUG et al, 2002) que podem ser intra ou extra familiar.

O abuso *sexual intrafamiliar* é a forma de manifestação da violência sexual contra criança e adolescente mais recorrente e expressa um distúrbio familiar crônico e recorrente, onde o agressor é um componente direto da família, ou seja, pais, padrastos, irmãos ou outros parentes próximos como avós, tios, tias e aqueles indivíduos considerados como membros da família. Esse tipo de vitimização é marcado por uma relação assimétrica de poder e superioridade entre o agressor e a vítima que muitas vezes se mostra indefesa e incapaz de compreender o nível de maturidade que deveria envolver a prática sexual (PIMENTEL; ARAÚJO, 2006; MARTINS; MELLO JORGE, 2010; SANTOS; RITA, 2009; PIRES; MIYAZAKI, 2005).

Habigzang et al (2005) assinala que as famílias incestuosas apresentam relações interpessoais assimétricas e hierarquizadas, marcada pela desigualdade, subordinação e chama a atenção para alguns fatores de risco verificados nessas famílias, como, pais com histórico de abuso ou negligência em sua família de origem, abuso de álcool e outras drogas, papéis sexuais rígidos, falta de diálogo entre os membros da família, autoritarismo, estresse, desemprego, indiferença, mãe ausente, dificuldades conjugais, reestruturação familiar (presença de padrasto ou madrasta), isolamento social, doença, morte, separação conjugal, problemas psíquicos, conduta delinqüente, entre outro.

A dinâmica familiar, no contexto da violência sexual infanto-juvenil, é um fator que merece atenção, uma vez que a gravidade depende do grau de conhecimento e intimidade, dos papéis de autoridade e de responsabilidade de proteção do agressor em relação à vítima, dos sentimentos que os unem, do nível de violência física utilizada (estupro, ferimentos, tortura, assassinato) e de suas conseqüências (aborto, gravidez, maternidade incestuosa, seqüelas físicas e psicológicas graves, morte) (FALEIROS; CAMPOS, 2000).

Estudiosos relatam que, quando o abuso sexual é perpetrado dentro do ambiente familiar da vítima, seja por familiares ou pessoas próximas, pode acarretar graves conseqüências no desenvolvimento psíquico-emocional das crianças e adolescentes ao longo da vida e nas relações sociais que estabelecem quando adultos. Estas conseqüências requerem atenção e reflexão, pois existe uma dinâmica transgeracional, na qual indivíduos que sofreram violência no passado

podem apresentar atos abusivos reincidentes junto à criança ou adolescente da própria família como filhos/filhas ou do ciclo de conhecidos (ALMEIDA; PENSO; COSTA, 2009; COSTA; PENSO; ALMEIDA, 2007; PENSO; COSTA; RIBEIRO, 2009; PENSO; NEVES, 2008; TARDIF; HÉBERT; BÉLIVEAU, 2005).

Assim, o abuso sexual intrafamiliar designado também como abuso sexual doméstico, violência sexual doméstica, abuso sexual incestuoso, incesto (FALEIROS; CAMPOS, 2000) constitui uma violação ao direito da criança e do adolescente a uma convivência familiar protetora, pois ultrapassa os limites estabelecidos pelas regras sociais, culturais e familiares (RIBEIRO; FERRIANI; REIS, 2004), e possui três fases de desenvolvimento: a de sedução, da interação sexual abusiva e do segredo (DOBKE, 2001).

A primeira fase consiste na manipulação, por parte do abusador, que utiliza da dependência e da confiança da vítima, para encorajar e atrair a criança a participar dos atos sexuais, fazendo-a acreditar que estes atos são normais nas relações familiares e consistem em simples brincadeiras entre pais e filhos. A segunda fase ocorre de maneira lenta e gradativa, e se inicia com comportamentos exibicionistas, passando às carícias e culminando em atos sexuais mais evidentes. A terceira fase ocorre concomitante à fase da interação sexual abusiva, onde o abusador é um oportunista que busca satisfazer seus desejos sexuais por intermédio da criança/adolescente, mantendo-as sob ameaça e impondo a vítima um sentimento de culpa pelo fato ocorrido (DOBKE, 2001). Nessa última fase se desenvolvem a “síndrome do segredo”, que pode ser tanto na vítima, ao se sentir culpada pela ocorrência dos atos sexuais abusivos, quanto na família da criança/adolescente dada à complexidade das relações familiares (DOBKE, 2001).

Estudiosos sinalizam os aspectos psicológicos incutidos na “síndrome do segredo”, onde, os aspectos psicológicos de sentir-se culpado estão relacionados ao fato de que tanto a pessoa que comete o abuso sexual, quanto a vítima podem se sentirem envolvidas em termos interacionais, e, como uma expressão dos eventos psicológicos decorrentes da experiência abusiva, se sentirem igualmente culpadas pelo ocorrido. (FURNIS, 1993; KELLOGG, 2002).

Complementar à “síndrome do segredo”, atribuída à vítima, ocorre a “síndrome da adição” relacionada ao indivíduo agressor. Esta é caracterizada como um comportamento compulsivo, decorrente da falta de controle dos impulsos sexuais, diante do estímulo gerado pela criança/adolescente. O abusador por não

conseguir controlar seus impulsos, usa a vítima para obter excitação sexual e alívio de suas tensões, tornando-se um dependente psicológico, e negando essa condição de dependência (FURNIS, 1993; HABIGZANG; CAMINHA, 2004; HABIGZANG et al, 2005), por acreditar que sua ação não representa uma experiência de prazer, mas o alívio necessário para suas tensões.

O abuso *sexual extrafamiliar* envolve indivíduo que não faz parte da família, mas, na maioria dos casos, compõe o ciclo de conhecidos da criança, como vizinhos, religiosos, professores, babá ou amigos da família (SANTOS; RITA, 2009). Diferente do abuso intrafamiliar, que pode acontecer de maneira repetida, esse tipo de abuso geralmente ocorre, em apenas um momento, de forma rápida e comumente acompanhada de violência física (PIRES; MIYAZAKI, 2005). Segundo Costa (2006) esse tipo de violência também pode ser praticado nas Instituições de Proteção e Defesa, entre as crianças e os adolescentes institucionalizados ou por profissionais da Instituição.

Faleiros e Campos (2000) ao analisar as situações de abuso sexual intra e extrafamiliar verifica que ambas representam a expressão de fantasias, desejos e pulsões incontroláveis e compulsivas do violentador, que impõe seus desejos à vítima; atuam como impulso sexual envolvendo criança e adolescente; exigem a participação de pessoas em desenvolvimento e sem seu consentimento; provocam danos físicos, psicológicos e sociais às vítimas, com graves seqüelas por toda a vida; ocorrem num contexto de dominação, no qual o violentado encontra-se subjugado ao agressor, sem condições de opor-se; e acarretam complicações legais.

3.2.2 Exploração sexual comercial

A violência sexual em forma de exploração sexual atinge milhões de jovens em todo o mundo, principalmente do sexo feminino, em países/regiões com população pobre, e mantendo relação direta com a condição de desenvolvimento econômico de um país/região, da cultura (do padrão de uso do corpo), preceitos éticos, legais e trabalho, que transforma a sexualidade em mercadoria e objeto de dominação/poder (ASSIS; DESLANDES; SANTOS, 2005; FALEIROS; CAMPOS, 2000; ILO, 2010).

Crianças, adolescentes e mulheres chefes de família constituem os grupos mais vulneráveis às redes de exploração sexual. Impulsionadas pela necessidade de melhores condições de vida e alimentação, esse grupo se submete às condições imposto pelos aliciadores/exploradores. O desejo de adquirir bens de consumo imputados pelos meios de comunicação e pela lógica do mercado também pode motivar a vítima à exploração sexual (LEAL; LEAL, 2003).

Muitas crianças e adolescentes que fogem de casa e que vivem nas ruas mantêm relações sexuais com adultos em troca de alimento, abrigo ou drogas. Esta realidade não é percebida apenas nas classes sociais menos favorecidas, mas atinge todas as classes. Crianças e adolescentes de classe média podem trocar atos sexuais por drogas ou produtos “de marca” como roupas, tênis, celular, entre outros produtos (SANTOS; RITA, 2009).

A exploração sexual de criança e adolescente para fim comercial representa

(...) uma relação de poder e de sexualidade mercantilizada, que visa a obtenção de proveitos por adultos, que causa danos biopsicossociais aos explorados, que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais coercitivas ou persuasivas, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos à liberdade individual da população infanto-juvenil (FALEIROS; CAMPOS, 2000, p.72).

A exploração sexual, no formato de pornografia, abrange crianças e adolescentes de 3 a 17 anos, as quais são usadas como atrizes, modelos, atores, entre outros, tendo suas imagens produzidas e reproduzidas em diferentes meios (vídeos, fotografias, gravações de filmes) com a finalidade exibir atividades sexuais explícita, reais ou simuladas entre adultos e crianças, ou partes genitais da criança (ABRÁPIA, 2002; CEDECA/BA, 2003). Esse tipo de exploração sexual encontrou na rede mundial de computadores um território fértil para disseminação de práticas pornográficas, devido a facilidade do acesso aos materiais produzidos, a enorme abrangência e as dificuldades operacionais e legais no seu controle (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009; UNICEF; 2001; UNICEF, 2009).

A prostituição representa o ato sexual de criança e adolescente com indivíduo adulto, estando ou não presente o uso da força física, embora na maioria das vezes exista coação. Esse tipo específico de exploração representa uma

atividade na qual os atos sexuais são negociados em troca de dinheiro ou através da satisfação de necessidades básicas e/ou acesso a bens e serviços como alimentação, vestuários, abrigo, diversão, restaurantes/bares, shoppings, butiques, entre outros (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009; FALEIROS, 2007).

A literatura aponta que a exploração sexual de crianças e adolescentes, na forma de prostituição, pode ocorrer de duas maneiras, como trabalho sexual autônomo e agenciado. O primeiro caracteriza-se como a prática de atos sexuais realizada por crianças e adolescentes mediante pagamento. Muitos menores, principalmente adolescentes, se engajam em trabalho sexual e fazem dele a sua principal estratégia de sobrevivência. Entre jovens de camadas populares, de rua e de classe média, essa pode ser uma forma de custear o vício em drogas ou adquirir um estilo de vida desejado. Muitos deles não são e nem aceitam ser agenciados por intermediários. Entre eles, estão garotos e garotas que são prostituídos na rua ou em programas de acompanhamento negociados por telefone (SANTOS; RITA, 2009).

A forma exploração sexual de crianças e adolescentes agenciada é intermediada por uma ou mais pessoas geralmente conhecidas como rufiões, cafetões e cafetinas, ou serviços como bordéis, serviços de acompanhamento e clubes noturnos. As crianças e adolescentes nesta situação pagam um percentual do que ganham para essas pessoas ou esses serviços em troca de residência, pensão alimentar, roupas, transporte, maquiagem e proteção durante a realização do trabalho. Em alguns casos, existe uma relação amorosa e sexual entre a criança ou adolescente e o agenciador. Contudo, o que normalmente acontece é que crianças e adolescentes se transformam em reféns dos seus agenciadores, caracterizando uma relação de exploração ou de semi-escravidão (SANTOS; RITA, 2009).

O turismo sexual, por sua vez, tem a prostituição como principal serviço sexual oferecido. Esse tipo de comércio é sustentado principalmente em capitais litorâneas e cidades turísticas com grande fluxo de visitantes, e envolve turistas nacionais, estrangeiros e mulheres jovens, de setores pobres e excluídos da sociedade, que são muitas vezes submetidas ao comércio da pornografia (shows eróticos) e o turismo sexual transnacional, que acoberta situações de tráfico de pessoas para fins sexuais (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009; FALEIROS, 2007). Essa prática tornou-se bastante conhecida no final da década de

1980 e na de 1990, em regiões onde o turismo nacional e internacional era muito bem articulado, principalmente em cidades litorâneas como Recife, Fortaleza, Natal e Salvador. Contudo, a forma mais recorrente é a exploração sexual no turismo de férias, de negócios, de eventos festivos (SANTOS; RITA, 2009).

O tráfico de mulheres, crianças e adolescentes, no intuito de comercializá-las sexualmente, é um grave problema social em diversos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. No Brasil esse é um fenômeno em expansão, marcado pelas contradições sociais, acirradas pela globalização, pela fragilidade dos Estados/Nações e pela cultura em torno do corpo. Nesse tipo de exploração, o que está em jogo é a satisfação do desejo sexual de propriedade do consumidor, o lucro apropriado pelo mercado e as relações desiguais de poder instrumentalizadas sob o escudo da exploração e dominação de classe, de gênero, de raça/ etnia e de geração, em situação de vulnerabilidade social (LEAL; LEAL, 2003). Geralmente esse tipo de violência está inserido em uma economia clandestina e ilegal, organizada em redes locais e transnacionais que envolve o crime organizado, a corrupção e a fragilidade das redes de notificação existentes nas estruturas governamentais, o que acaba dificultando a visibilidade desse fenômeno (SANTOS; RITA, 2009).

No contexto da exploração sexual, os pais que vivem em situação de miséria absoluta acabam muitas vezes sendo os próprios agenciadores/aliciadores dos filhos(as), vendendo ou submetendo-os à situação de exploração sexual (ABRÁPIA, 2002). Esta é uma situação que envolve muitas crianças e adolescentes, especialmente nas regiões menos favorecidas economicamente do Brasil, e corrobora com os achados acima, ao qual atribui essa situação à uma estrutura econômico e social heterogênea, marcada pela desigualdade e pelas relações de poder/dominação (ABRÁPIA, 2002; FALEIROS, 2007; FALEIROS; CAMPOS, 2000; LEAL; LEAL, 2003).

Portanto, devido o seu caráter íntimo e relacional conceituar violência sexual contra criança e adolescente não é uma tarefa fácil, pois implica em compreendê-la enquanto fenômeno que deturpa as relações sócio-afetivas e culturais entre adultos e crianças ou adolescentes; confunde a representação social dos papéis do adulto quando violentadores sexuais (pai, irmão, avô, tio) e inverte a natureza das relações definidas socialmente, tornando-as dominadoras em lugar de democráticas e dependentes em lugar de libertadoras (FALEIROS; CAMPOS, 2000).

3.2.3 Dimensões ocultas da violência sexual de crianças e adolescentes

Segundo estudiosos a maioria dos atos de violência contra criança não são denunciados, investigados e tão pouco tem os seus autores responsabilizados. Muitos países não possuem um Sistema de Garantia de Direito que investigue minuciosamente os relatos de violência contra criança e responsabilize os agressores. Além disso, a falta de maturidade da criança em avaliar o ato ocorrido, o medo de denunciar os autores e de sofrer repressão por parte da família e das autoridades, acaba subestimando a real magnitude do problema (KELLOGG, 2002; PINHEIRO, 2006).

Outro fator que corrobora para uma baixa estimativa da violência sexual é o silêncio dos pais quando a violência é perpetrada por um cônjuge ou outro membro da família (HÉBERT et al, 2009) ou um membro mais poderoso da sociedade, como um empregador, um policial ou um líder da comunidade. O medo aqui está intimamente relacionado com o estigma freqüentemente associado a denúncias de violência por parte da sociedade, comunidade e da própria família. Nas sociedades onde as noções de família patriarcal "honra" são valorizadas acima dos direitos das meninas e bem-estar humano, um incidente de estupro ou violência sexual pode levar ao ostracismo da vítima, a outras formas de violência e até mesmo a morte nas mãos de sua família (PINHEIRO, 2006).

No Brasil, o Ministério da Saúde estima que menos de 10% dos casos de violência sexual praticadas por parentes, pessoas próximas ou conhecidas chegam às delegacias. A proximidade da vítima com o agressor é um dos fatores que dificulta a denúncia (BRASIL, 2002). Segundo Kellogg (2002) a subnotificação do abuso sexual às autoridades estão freqüentemente ligadas a atitude assumida pelo adulto quando uma criança revela o ocorrido. Ao tomar conhecimento do fato o adulto pode acreditar e comunicar rapidamente o ocorrido, acreditar na criança, mas adia ou evita relatar o caso, ou ainda não acreditar na criança e não relatar o ocorrido. Assim, a ausência de dados globais a respeito da magnitude da violência sexual de crianças e adolescentes são atribuídas a essa condição de subnotificação (DREZETT, 2000; REIS; MARTIN; BUENO, 2001) que por sua vez, aumenta nos casos em que a vítima é do sexo masculino (ALMEIDA; PENSO; COSTA, 2009).

Entre os fatores que podem levar a vítima a não denunciar a violência sexual estão o constrangimento, o medo de humilhação, incompreensão por parte do parceiro, familiares, amigos, vizinhos e autoridades, que muitas vezes culpam a vítima, acreditando, erroneamente, que a mesma possa ter favorecido ou provocado a ocorrência da violência, pelo uso de determinadas vestimentas, por atitudes, local e horário em que se encontrava na ocasião (DREZETT, 2000). Outros fatores que dificultam a identificação e notificação do caso pela criança/adolescente são o vínculo afetivo e a dependência financeira da família em relação ao agressor (ALMEIDA; PENSO; COSTA, 2009), medo dos efeitos sobre o autor, não saber que era errado, gostar e se sentir envolvida com o ato abusivo (KELLOGG, 2002).

3.3 Tipologia do agressor sexual de crianças e adolescentes

A literatura relacionada à tipologia do agressor sexual de crianças e adolescentes, mostra que, no Brasil, os estudos nessa temática, ainda são bastante escassos. A Associação Psiquiátrica Americana foi pioneira ao oferecer critérios diagnósticos das chamadas Parafilias, cujos sintomas e sinais envolvem uma ampla variedade de comportamentos, fantasias ou práticas sexuais desviantes e socialmente não convencionais. Estes critérios possibilitaram identificar entre outras parafilias, a Pedófilia caracterizada pela preferência sexual por crianças, geralmente na idade pré-puberal ou no início da adolescência (APA, 2002).

O termo pedofilia em sua origem designava o amor de um adulto pelas crianças. De acordo com o Catálogo Internacional de Doenças (CID 10), a pedofilia é considerada um “Transtorno de Preferência Sexual”, onde o abusador deverá ter 16 anos ou mais, com pelo menos 5 anos de diferença em relação à vítima. DATASUS, 2010 OMS, CID -10, 1993; BALTIERI, 2000).

A maioria dos pedófilos é do sexo masculino e tem sua preferência focada em um sexo específico (meninas ou meninos), apenas uma pequena proporção tem seu interesse voltado para ambos os sexos. Entre os pedófilos com preferência para o sexo masculino, a idade da vítima varia entre os 8 e 11 anos, já entre aqueles com preferência para o sexo feminino varia entre os 11 e 15 anos, sendo os (púberes) as vítimas mais vulneráveis a esse tipo de agressor (BALTIERI, 2000).

O pedófilo, apesar de apresentar uma forte tendência a se tornar um

agressor sexual, não poderá ser considerado como tal, apenas por apresentar esse tipo de distúrbio psíquico. Isso significa que um pedófilo pode ter uma preferência e fantasia sexual por crianças, mas se ele não agir em função dessa preferência, ele não é caracterizado como um molestatador de criança. Alguns pedófilos podem atuar dentro das suas fantasias de “forma legal”, simplesmente, falando ou assistindo as crianças e depois se masturbando; praticando sexo com bonecas ou manequins que se assemelham com as crianças; se engajando em atividades sexuais com adultos que possui traços infantis, como baixa estatura, sem peito e pêlos no corpo, vestindo roupas infantis ou uniformes escolar, com atitudes imaturas e fala infantil (LANNING, 2001).

O molestatador de crianças é o indivíduo que agride sexualmente. Em geral, é um indivíduo que prefere a atividade sexual com um parceiro adulto e por algumas razões, pode decidir ter relações sexuais com uma criança, embora as suas imagens eróticas e fantasias sexuais não são necessariamente recorrentes, intensos e focados em crianças (LANNING, 2001). Em sua maioria, os molestatadores de crianças, apresentam motivações variadas para os seus crimes, como a disponibilidade, oportunidade, curiosidade ou desejo de ferir um ente querido da criança. Estas motivações raramente têm origem em transtornos formais da preferência sexual, fato este que diferencia o pedófilo do molestatador sexual (LANNING, 2001; SERAFIM et al, 2009).

Acredita-se que a passagem da fantasia para a ação, no caso dos pedófilos, pode ocorrer com maior frequência quando o indivíduo é exposto a algum tipo de estresse intenso, como discussão conjugal, separação, demissão do trabalho, aposentadoria, morte de um ente querido, entre outros (SERAFIM et al, 2009). Assim, quando o pedófilo concretiza a sua fantasia em ação, este se torna um molestatador sexual de crianças e, conseqüentemente, um criminoso sexual (DUNSIETH et al, 2004).

Vale destacar que, a pedofilia, enquanto crime encontra-se organizada numa rede mundial que tem ligações com o crime organizado e movimentam milhões de dólares, anualmente (UNICEF, 2001; UNICEF, 2009). O Brasil não possui leis para punir quem consome materiais de pedofilia, só é punido quem o produz. Muitos alegam que os materiais ou ele mesmo, como consumidor, não fazem mal à criança (FELIPE, 2006).

Os pedófilos envolvidos em atos ilícitos podem ser caracterizados em dois

tipos: os pedófilos abusadores, cujo comportamento criminoso é expresso por atitudes mais sutis e discretas, geralmente se utilizando de carícias, fato este que leva a vítima em muitas situações a não se sentir abusada sexualmente; e os pedófilos molestadores, aos quais apresentam comportamentos mais invasivos, menos discretos e geralmente consomem o ato sexual contra a criança (SERAFIM et al, 2009). O pedófilo molestatador convence a si mesmo de que a criança quer se relacionar sexualmente com ele, projetando nela os pensamentos e sentimentos que ele quer que ela tenha sobre ele. Geralmente esse tipo de pedófilo interpreta a reação da vítima quanto aos seus atos preparatórios e manipulatórios como uma resposta positiva, se convencendo que seu comportamento abusivo não causa estragos nem é prejudicial à criança (LANNING, 2001).

Diante do exposto, cabe considerar que os crimes sexuais seja ele perpetrado por pedófilo ou molestatador sexual de crianças não constitui um ato meramente individual, de preferências ou fantasias sexuais por parte do adulto, mas remete às relações de poder social, cultural e econômica e um desequilíbrio social que atinge toda a sociedade, e, portanto, aponta para a necessidade de políticas públicas de prevenção e enfrentamento. Entretanto, para a adoção de medidas eficazes de prevenção e enfrentamento ao abuso sexual de crianças e adolescentes faz-se necessário uma maior compreensão da natureza, das motivações que leva ao abuso, bem como, das características e tipologia do abusador ou molestatador de crianças.

Lanning (2001) classifica os criminosos sexuais ao longo de um contínuo motivacional com diversos padrões de comportamento que vai de molestadores situacionais para os molestadores preferenciais. Os padrões de comportamento assumidos por esses agressores não são necessariamente excludentes, pois eles poderão apresentar de maneira conjuntos ambos os comportamentos, entretanto um será mais dominante que o outro.

Os molestadores sexuais situacionais podem manter relações sexuais com crianças, por motivos variados e complexos, podendo variar de uma "vez na vida" a um padrão de comportamento a longo prazo e utiliza como principal critério para seleção das suas vítimas a vulnerabilidade, por isso pode vitimizar outros indivíduos como idosos, doentes ou deficientes físicos (LANNING, 2001). Esse tipo de agressor não têm uma preferência sexual voltada para criança, eles podem molestá-las por uma variedade de razões circunstanciais, como disponibilidade, fácil acesso e

controle sobre a mesma. Diante desses critérios, eles podem molestar seus próprios filhos/filhas, sendo as adolescentes púberes as mais vulneráveis, embora as crianças menores também possam ser alvo desse tipo de abusador pela vulnerabilidade e assimetria de poder na circunstância do abuso (LANNING, 2001).

Nos casos dos agressores situacionais o comportamento criminoso podem ser variado e tende a estar a serviço de necessidades sexuais, como tesão e luxúria e não-sexuais, como raiva ou poder; apresentam comportamentos sexuais orientados, embora freqüentemente seja oportunista e impulsivo; considera os riscos envolvidos no ato abusivo, apesar de cometerem erros grosseiros por negligência; demonstra interesse por pornografia violentas; possui transtorno de personalidade do tipo anti-social/psicopata, narcisista e esquizofrênico; suas habilidades verbais são geralmente baixas, por isso utiliza a violência física para controlar suas vítimas; são mais propensos a terem histórico de crimes variados tanto contra pessoas ou propriedades; e seu comportamento criminoso pode ser espontâneo ou planejado (LANNING, 2001).

Os molestadores sexuais preferenciais apresentam comportamento sexual criminoso focado, persistente, compulsivo e estar a serviço de suas necessidades sexuais desviantes conhecidas também como parafilias do tipo Pedofilia, Voyeurismo e Sadismo. Esse tipo de agressor é orientado por suas fantasias e são mais propensos a considerarem as suas necessidades ao invés dos riscos, cometendo erros muitas vezes estúpidos; coleciona pornografia temática, geralmente voltadas a sua preferência parafilica; possui habilidades verbais elevadas, por isso são menos prováveis a usarem a violência física para conter suas vítimas; e são mais propensos a terem históricos de crimes sexuais aos quais resultam de um *script* elaborado com bastantes detalhes utilizando o diálogo, assessórios entre outros como um ritual que alimenta as suas fantasias (LANNING, 2001).

Assim, o molestador preferencial possui inclinações sexuais bem definidas, ou seja, as relações sexuais com crianças não ocorrem por causa de algum stress situacional ou insegurança, mas por se sentirem atraídos sexualmente por crianças. Além disso, esse tipo de agressor geralmente abusa de um grande número de vítimas infantis. Para muitos deles o seu problema não é apenas a natureza do desejo sexual (atração por crianças), mas também a quantidade (necessidade de sexo freqüente e repetido com crianças) (LANNING, 2001).

Outro ponto importante a ser abordado aqui é o abuso sexual de crianças e adolescentes perpetrado por mulheres, entre elas as mães. Esse tipo de abuso parece tão antinatural que ofende os instintos morais da sociedade e é marcado pela falta de visibilidade decorrente dos tabus sociais que envolvem a sexualidade masculina e principalmente feminina. (BOROUGHES, 2004; ROE-SEPOWITZ; KRYSIK, 2008). Boroughs (2004), ao analisar dados estatísticos a respeito do abuso sexual praticado por mulheres nos Estados Unidos aponta que esse tipo de crime, que pensava ser raro de acontecer, está aumentando alarmantemente, sendo os casos mais comuns de ocorrerem nas creches e instituições de cuidados a criança, embora também ocorra no ambiente familiar (BOROUGHES, 2004; HOWITT, 1995; LANNING, 2001; ROE-SEPOWITZ; KRYSIK, 2008).

Os crimes cometidos por mulheres chamam a atenção pelas conseqüências a vítimas, pois, ao não possuir um órgão genital externo como no caso do homem, a mulher envolve em sua atividade sexual, maus tratos físicos dirigidos a partes do corpo sexualmente significativas (por exemplo, órgãos genitais, os mamilos) e introdução de objetos. Além disso, os crimes sexuais cometidos por mulheres são mais prováveis de envolver uma terceira pessoa ou um cúmplice adulto, geralmente do sexo masculino (HOWITT, 1995; LANNING, 2001) e podem ser motivados pelo desejo de iniciar a vida sexual da criança/adolescente, assumindo o papel de ensinar; por problemas emocionais e em alguns casos por problemas psicológicos graves (LANNING, 2001).

Os agressores sejam eles homens ou mulheres, apesar de compreenderem que estão agindo fora da lei, planejam e premeditam a sua ação horas, dias ou meses antes e racionalizam seu comportamento, se convencendo de que não estão cometendo nenhum crime e que sua atitude é aceitável (KOCISIS; COOKSEY; IRWIN, 2002).

Esses achados sugerem que os agressores sexuais de crianças e adolescentes podem pertencer a qualquer classe socioeconômica, raça ou religião, e chamam à atenção para a intencionalidade do ato abusivo, uma vez que a maior parte dos agressores sexuais de crianças é do tipo situacional, que abusa por motivos variados e circunstanciais, e não por apresentarem Transtorno de Preferência Sexual (DUNSIETH et al, 2004; LUNG; HUANG, 2004).

Levando em consideração a natureza, o caráter motivacional e as necessidades psicológicas relacionadas à agressão sexual de crianças e

adolescentes, David Finkelhor em 1984 propôs uma nova teoria para compreensão do comportamento dos agressores sexuais baseado em quatro fatores pré-condicionantes do abuso. Essa teoria traz implícito o caráter interacionista relacionado à vitimização, e pressupõe que haja uma interação entre os fatores pré-condicionantes que superam os valores, as convenções sociais e as próprias convenções internas do indivíduo na realização do ato sexual abusivo (FINKELHOR, 1984).

A primeira pré-condição está relacionada à *motivação* do agressor para a perpetuação do abuso sexual, que pode ser visto como uma necessidade de satisfazer carências emocionais profundas; como única forma de conseguir satisfazer-se sexualmente; ou como conseqüência de bloqueios a outras formas de gratificação sexual, como por exemplo, não conseguir satisfazer-se com adulto. A segunda é caracterizada como *desinibidores internos*, e está relacionada a superação ou sobreposição do agressor aos fatores relacionados a sua própria inibição interna que age contra esta motivação. Essa inibição do ponto de vista individual pode ser ultrapassada através do consumo de álcool ou outras drogas psicoativas, ou pela presença de distúrbios emocionais, e do ponto de vista sócio-cultural pode ser ultrapassada pelas relações hierárquicas estabelecidas entre adultos e crianças e pela estrutura familiar baseada no patriarcalismo que ainda é predominante nas sociedades. A terceira - *desinibidores externos*, está relacionada a capacidade do agressor de superar ou sobrepor à inibição externa, ou seja, o abuso sexual é oportunista e podem ocorrer em situações onde há supervisão pobre por parte dos pais ou familiares, isolamento social e familiar, entre outras situações de vulnerabilidade da vítima. A quarta e última condição é caracterizada como *aquiescência da vítima*, ou seja a capacidade do agressor superar ou se sobrepor à resistência da criança que, na maioria das vezes, se encontra vulnerável pela capacidade ou incapacidade de resistir ao abuso, pela carência afetiva e emocional, por algum tipo de deficiência física ou mental, pela ausência de poder e falta de discernimento em avaliar o ato sexual ocorrido (FINKELHOR, 1984).

Essa teoria, assim como àquela descrita anteriormente, demonstra o caráter motivacional relacionado ao comportamento sexual abusivo e a interação estabelecida entre os quatro fatores, uma vez que, cada um é necessário, mas insuficiente para produzir o abuso sozinho.

O foco da atenção para a compreensão dos agressores sexuais de crianças

e adolescentes concentrou-se principalmente nos infratores adultos. Contudo, o problema dos adolescentes envolvidos em comportamentos sexualmente vitimizante tem recebido destaque, tendo em vista, o crescente número de juvenis envolvidos nos crimes sexuais de crianças e adolescentes (AYLWIN et al, 2000; BOROWSKY; HOGAN; IRLANDA, 1997; FINKELHOR; ORMROD; CHAFFIN, 2009; MCGRATH; NILSEN; KERLEY, 2011; O' BRIAN; BERA, 1986; UNDERWOOD et al, 2008).

Estima-se que os adolescentes são responsáveis por cerca de 20 a 25% do abuso sexual contra crianças/adolescentes (FINKELHOR; HAMMER; SEDLAK, 2008; KELLOGG, 2005), e que existe uma relação entre os crimes sexuais cometidos quando adolescente e adulto e o abuso sexual na infância (FELSON; LANE, 2009; FIRESTONE et al, 2005; WORLING, 1995).

No passado, os adolescentes que cometiam atos sexual abusivo eram considerados exploradores/ descobridores da sua sexualidade emergente. Nesse sentido, os atos sexuais abusivos eram considerados como uma experimentação sexual equivocada decorrente do seu processo de desenvolvimento. Entretanto, estudos recentes, sugerem que os agressores sexuais adolescentes representam um grave problema social, devido ao crescente envolvimento nos crimes sexuais contra crianças/adolescentes, ao qual, muitas vezes poderá indicar o estágio inicial de um comportamento sexualmente desviante na vida adulta (O' BRIAN; BERA, 1986).

Ao buscar compreender o comportamento dos agressores sexuais adolescentes atendidos em um Programa de Expressão Sexual do Adolescente Saudável (FASE), O' Brian e Bera (1986) desenvolveram uma tipologia que fornece uma descrição do comportamento, personalidade e motivações dos agressores adolescentes. Esta tipologia classificou as crianças e adolescentes em conflito com a lei em sete categorias: experimentador nativo, explorador subsocializada de criança, explorador pseudo-socializada de criança, agressivo sexual, compulsivo sexual, compulsivo perturbado e o influenciado pelo grupo.

O experimentador nativo é geralmente ingênuo, com idade entre 11 e 14 anos, tem pouca história prévia de atuação em crimes sexuais, possui habilidade social adequada e bom relacionamento com seus pares. O abuso é socialmente determinado pela oportunidade/disponibilidade, ocorrendo em um único momento ou em eventos isolados, sendo motivado pelo desejo de experimentar ou explorar sua sexualidade em desenvolvimento. Normalmente não usa força física ou ameaça

como forma de intimidação e suas vítimas são especialmente crianças na faixa etária de 2 a 6 anos (O'BRIAN; BERA, 1986).

A segunda categoria, o explorador subsocializado de criança geralmente sofre de isolamento social crônico, possui poucos amigos da sua idade, se relaciona com crianças mais novas e é dominado por sentimentos de inadequação e insegurança. Esse tipo de agressor é proveniente na maioria das vezes de famílias onde a mãe possui um maior envolvimento com ele e o pai é mais distante. O comportamento abusivo pode refletir um padrão crônico de comportamentos sexuais com crianças, que envolve o uso da manipulação, truques, sedução, recompensas, etc. Sua motivação para o abuso é a busca de intimidade, autoimportância, autoestima, autoidentificação ou autonomia. A vítima geralmente é uma criança que está disponível em qualquer lugar como parque, clube, bairro ou em situações de encontro familiar (O'BRIAN; BERA, 1986).

O explorador pseudo-socializados de criança é geralmente um adolescente mais velho, que tem boas habilidades e se sente confortável socialmente, embora não consiga estabelecer uma relação de intimidade entre os seus pares. Ele pode ter sido uma vítima de abuso na infância (física, sexual emocional) ou negligência. Intellectualmente talentoso e trabalhador, esse tipo de agressor vitimiza criança do ciclo familiar e o abuso costuma ser recorrente, podendo durar meses ou anos. Seu comportamento abusivo é altamente racionalizado e demonstra pouco remorso ou culpa pelo ocorrido. Esse tipo de agressor caracteriza o abuso sexual como eventos mútuo, íntimo e não coercivos, cuja motivação parece ser uma exploração sem culpa e narcisista de uma criança vulnerável a obter prazer sexual (O'BRIAN; BERA, 1986).

A categoria de agressivo sexual é tipicamente um produto de uma família desorganizada e abusiva, ele tem uma longa história de comportamentos anti-sociais e não consegue controlar seus impulsos. O abuso sexual normalmente envolve o uso de ameaças, força ou violência. As vítimas podem ser pares ou crianças. Esse tipo de agressor apresenta comportamento anti-social e distúrbios psíquicos. Sua principal motivação para o abuso é experimentar o poder pessoal por meio da dominação, raiva, ou desejo de humilhar a vítima (O'BRIAN; BERA, 1986).

O agressor compulsivo sexual geralmente pertence a família com padrões rígidos e emocionalmente reprimido. Esse tipo de agressor têm dificuldade em expressar seus sentimentos e emoções. Seu comportamento é repetitivo,

sexualmente excitante e de natureza compulsiva/vício, incluindo voyeurismo, exibicionismo e telefones obscenos. Seu delito geralmente é uma atividade planejada e solitária, acompanhado ou seguido de masturbação e orgasmo, cuja motivação é o alívio do estresse, ansiedade ou tensão (O'BRIAN; BERA, 1986).

A categoria de compulsivo perturbado pode ter um histórico de problemas psicológicos, problemas familiares, abuso de substâncias, ou de aprendizagem. O abuso sexual é impulsivo, o que reflete uma perturbação aguda de teste de realidade. Pode variar de um único ato a um padrão de atos bizarros ou ritualístico contra as crianças, colegas e/ou adultos. A motivação, portanto, é complexa e individualmente determinados (O' BRIAN; BERA, 1986).

Por fim, o "influenciado pelo grupo" geralmente é um adolescente sem histórico de detenção, o abuso sexual ocorre com um presente do grupo de amigos ou colegas também adolescentes e a vítima tende a ser conhecido dos agressores. O comportamento abusivo é motivado pela pressão dos colegas, tentativa de ganhar a atenção ou aprovação do grupo.

Diante do exposto, observa-se que essa tipologia, assim como as demais aqui apresentadas, além de possibilitar a compreensão das características, comportamentos e motivações dos agressores sexuais, poderá fomentar o desenvolvimento de estratégias adequadas para o tratamento de cada tipo de agressor, bem como o desenvolvimento e o fortalecimento de políticas públicas de prevenção e enfrentamento do abuso sexual de crianças e adolescentes.

3.3.1 Agressor sexual: mudança no perfil do vitimizador/perpetrador

Na atualidade, o perfil do agressor tem sido redimensionado, em decorrência das evidências nas últimas décadas. Estudos sobre o perfil da pedofilia apontam que a atração sexual por crianças e adolescentes pode começar ainda na fase da puberdade ou adolescência. E por sua vez, pode ser relacionada à maturidade emocional e sexual, fatores ambientais, sociais e problemas de desenvolvimento e maturação psicológica, resultantes de experiências de abuso sexual quando criança (HALL; RICHARD, 2007; MCGRATH; NILSEN; KERLEY, 2011).

Segundo Daversa (2007), experiências de maus-tratos e abusos precoces, bem como outras experiências negativas na infância, supervisão pobre e carência

afetiva dos pais, críticas, hostilidade e negligência ou desinteresse pelo bem-estar da criança podem desempenhar um papel abrangente no aumento da vulnerabilidade ao comportamento sexual coercitivo. Os agressores sexuais adolescentes podem recriar seu trauma com uma criança, se colocando novamente na situação de violência não mais como a vítima indefesa, mas com o agressor que assume o controle da situação abusiva (HOWITT, 1995; MCGRATH; NILSEN; KERLEY, 2011).

Com base em informações obtidas do Ministério da Justiça dos Estados Unidos (2002), referentes ao número de jovens presos por crimes sexuais no país, estudo aponta que há um número relativamente grande de agressores sexuais juvenis, uma vez que dos 12.032 jovens detidos em 2001, excluindo os casos envolvendo prostituição, 2.342 foram presos por estupro e 9.690 por outros crimes sexuais, sendo que 6,6% (n=751) desse total de agressores detidos eram mulheres. (VANDIVER, TESKE, 2006). Essa proporção relativamente pequena de agressores do sexo feminino pode ser atribuída ao fato de os crimes sexuais cometidos por mulheres muitas vezes passam despercebidos, sem serem detectados, ou mesmo ignorados por autoridades policiais, bem como ao fato de que o papel tradicional assumido pela mulher na sociedade enquanto defensora do lar e mãe, a coloca muitas vezes acima de suspeitas quando o assunto é a violência sexual (BOROUGHES, 2004; ROE-SEPOWITZ; KRYSIK, 2008; VANDIVER; KERCHER, 2004).

Diante do exposto, observa-se uma mudança do perfil do agressor que além de incluir velhos, jovens e adultos (homens e mulheres), passou a incluir também os adolescentes e crianças. Essa mudança merece atenção, reconhecimento e investigação uma vez que o abuso sexual praticado por infanto-juvenis é um indicativo de que estes indivíduos foram vitimizados sexualmente em algum momento, podendo levar à identificação de outros criminosos e vítimas de abuso (AYLWIN et al, 2000; BOROWSKY; HOGAN; IRLANDA, 1997; LANNING, 2001; O'BRIAN; BERA, 1986; POOTINGA; LEMMEN; MAJESKE, 2007; UNDERWOOD et al, 2008).

Estudo comparando as características dos agressores sexuais juvenis masculinos e femininos inscritos no registro do estado do Texas/EUA, demonstraram que as mulheres jovens infratoras no momento da sua detenção tinham idade entre 12-17 anos e atentaram contra vítimas mais jovens, com idade entre 5 e 11 anos e

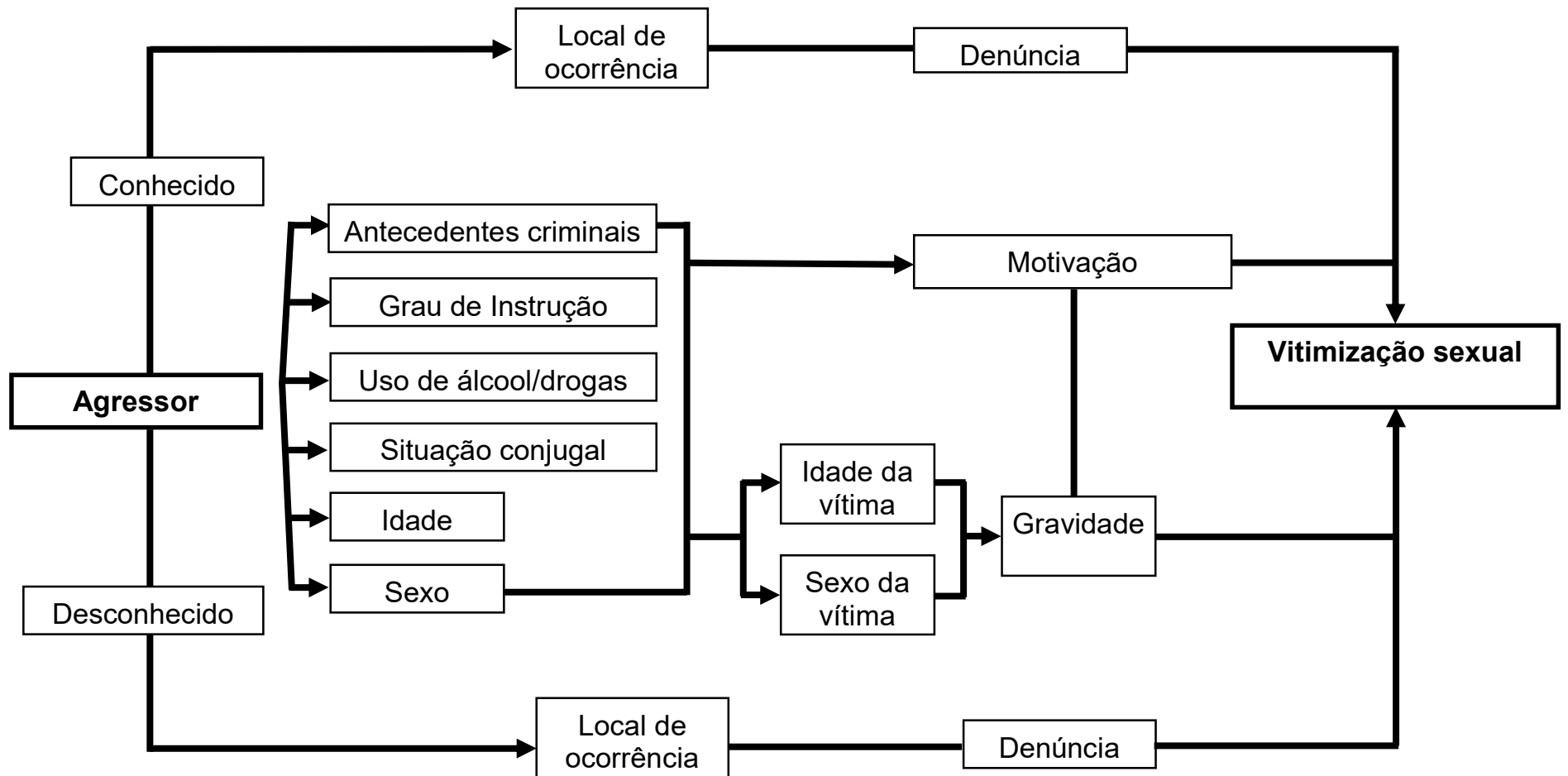
de ambos os sexos. Os infratores juvenis do sexo masculino tinham idade variando entre 11 a 19 anos, com média de 14,82 (DP = 1,9) anos, vitimizavam em sua maioria crianças com idade entre 6 e 11 anos e do sexo feminino. Os resultados desse estudo demonstram uma diferença significativa em relação ao sexo e idade da vítima, onde os homens foram mais propensos a vitimar alguém do sexo oposto (vítimas do sexo feminino), enquanto que as mulheres foram menos discriminatórias em relação ao sexo e atentaram contra as vítimas mais jovens (VANDIVER; TESKE, 2006).

Esses dados são preocupantes uma vez que as experiências de abusos sexuais vivenciados quando criança/adolescentes são apontadas como um fator que pode aumentar as chances do indivíduo se tornar um agressor (FELSON; LANE, 2009; LANNING, 2001; MCGRATH; NILSEN; KERLEY, 2011). Essa situação expressa uma relação caracterizada como ciclo vítima-agressor ou fenômeno abusado-abusador, que pode ocorrer segundo algumas teorias pela identificação com o agressor, onde a criança abusada tenta ganhar uma nova identidade, tornando-se o agressor; por um padrão de excitação sexual impressamente estabelecido pelo abuso precoce; ou uma forma social de se colocar/exercer poder (COHEN, 2002; COHEN, 2002a; HALL; RICHARD, 2007).

Isso demonstra que a violência infanto-juvenil é um problema complexo cujas implicações são profundas tanto para a criança abusada, família quanto para o próprio agressor, e que representa um grande desafio para as políticas públicas atuais no desenvolvimento de estratégias e ações para enfrentamento dessa problemática.

3.4 MODELO TEÓRICO

Figura 2. Modelo teórico elaborado com base nas evidências encontrada na literatura (PINHEIRO, 2006; BORGES; DELL'AGLIO, 2008; HARVEY; GARCIA-MORENO; BUTCHART, 2007; CONCHA-ESTMAN; MALO, 2007; VIODRES INOUE; RISTUM, 2008; LANNING, 2001; HABIGZANG et al, 2005; FIRESTONE et al, 2005; POOTINGA; LEMMEN, MAJESKE, 2007; DUNSIETH et al, 2004; LUNG, 2004; FINKELHOR; ORMROD; CHAFFIN, 2009; AYLWIN et al, 2000; YOUNG et al, 2009).



4.3 População do estudo

A população do presente estudo foi constituída por agressores sexuais de criança e adolescentes denunciados e/ou que prestaram depoimentos à autoridade policial na Delegacia de Polícia Civil, DEAM, DERCA e DAÍ, ou foram notificados nos registros das Instâncias de Referência para denúncias (Conselhos Tutelares I e II), no período entre 2005 à 2010.

4.4 Instituições estudadas

4.4.1 Delegacia de Polícia Civil

A Delegacia ou Distrito Policial representa uma unidade policial fixa dirigida por um Delegado de Polícia Civil e direcionada para o atendimento ao público (população), base e administração de operações policiais, investigações criminais e detenção temporária de suspeitos e presos em flagrante delito. Segundo o art. 4º da Lei nº 11.471, de 15 de abril de 2009, a Polícia Civil do Estado da Bahia, é um “órgão autônomo e permanente do Poder Público, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, integrante da estrutura da Secretaria da Segurança Pública - SSP, dirigida por Delegado de Polícia Civil, classe Especial ou classe I, da ativa, compete, com exclusividade, o exercício das funções de polícia judiciária, ressalvada a competência da União, cabendo-lhe ainda as atividades de repressão criminal especializada" (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2009).

Em apoio ao trabalho desenvolvido pelas Delegacias distritais, surgiram as Delegacias de Polícia Especializadas, também dirigidas por Delegados de Polícia Civil, da ativa classe I ou II. Estas têm como finalidade atuar na prevenção, repressão e apuração de infrações penais de natureza específica e qualificada por sua natureza (WIKIPÉDIA, 2010).

4.4.2 Delegacia de Repressão ao Crime Contra a Criança e o Adolescente – DERCA

A Delegacia Especializada para a Repressão de Crimes contra a Criança e o Adolescente – DERCA – é para onde devem ser encaminhadas todas as queixas e

denúncias de violência contra crianças e adolescentes. Onde depois de instaurado o inquérito policial, o delito é investigado por profissionais especializados na área de proteção ao segmento infanto-juvenil que deverá ouvir as partes e instaurar o inquérito sob a responsabilidade do delegado, devendo garantir e efetuar o atendimento especializado, realizar diligências, interrogatórios e perícia técnica. Vale ressaltar que a maioria dos dados sobre violência sexual contra crianças e adolescentes registrados na DERCA refere-se a casos de abuso sexual, que são geralmente levados a julgamento, com base na palavra das vítimas e na coleta das chamadas provas materiais, realizada no corpo das mesmas (POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA, 2010).

4.4.3 Delegacia do Adolescente Infrator – DAÍ

A Delegacia especializada do Adolescente Infrator é um órgão destinado a receber denúncias de vítimas e suspeitos; lavrar auto de apreensão ou boletim de ocorrência; instaurar inquéritos para apurar os fatos e encaminhar relatório ao Ministério público, no intuito de oferecer representação de ato infracional atribuído a adolescente (CEDECA, 2002).

4.4.4 Delegacia Especializada de atendimento à Mulher - DEAM

A DEAM é uma unidade especializada da Polícia Civil direcionada ao atendimento à mulher em situação de violência de gênero. E que representa uma experiência brasileira pioneira para dar visibilidade ao problema da violência cometida contra a mulher, especialmente aquela ocorrida no ambiente doméstico, no interior das relações conjugais e familiares, bem como, para levar a sociedade ao reconhecimento da natureza criminosa da violência baseada em diferenças de gênero. Sua criação representa um grande avanço em termos de política de atenção as mulheres e uma grande conquista, uma vez que permitiu a institucionalização da política pública de prevenção, enfrentamento e erradicação da violência contra mulher no Brasil (BRASIL, 2006).

Na qualidade de delegacia especializada a DEAM tem como desafio adequar a sua atuação frente as nova realidade sociais no exercício das suas atribuições, quais sejam prevenir, registrar, investigar e reprimir atos ou condutas

baseadas no gênero que se configurem infrações penais e que tenham sido cometidos contra mulheres em situação de violência, por meio de acolhimento com escuta ativa (BRASIL, 2006).

A realização deste projeto em diferentes Delegacias Especializadas foi decorrente do ano de implantação das instâncias no município. No município de Feira de Santana, a Delegacia de Repressão ao Crime Contra a Criança e o Adolescente – DERCA não possui uma unidade própria, sendo implantado no ano de 2008 um Núcleo dentro da unidade da DAI, a fim de apurar as queixas e denúncia de violência contra crianças e adolescentes. Assim, muitos dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes antes de 2008 tiveram seus encaminhamentos realizados por outras Delegacias e Unidades Especializadas como DEAM e DAI. Outro fator que levou a realização desta pesquisa em diferentes Instâncias foi os dias de funcionamento das atividades, uma vez que a maioria das Delegacias Especializadas tem as suas atividades interrompidas nos finais de semana, o que leva a realização das denúncias na Delegacia de Polícia Civil que funciona em tempo integral.

4.4.5 Conselhos Tutelares I e II

Os Conselhos Tutelares I e II são Instâncias autônomas que pertencem a prefeituras dos municípios, sendo responsáveis por fiscalizar e fazer cumprir os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O município de Feira de Santana conta com dois conselhos, onde são realizados atendimentos e encaminhamentos, através do registro de denúncias, investigação dos casos e solicitação de medidas de proteção judicial, e serviços públicos, para as crianças e adolescentes vitimizados.

4.5 Instrumento de coleta de dados

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um Formulário específico (APENDICE A), no intuito de sistematizar a busca das informações nos Boletins de Ocorrências, Termos Circunstanciado e Inquérito Policial das Delegacias de Polícia Civil e Conselhos Tutelares. Este foi composto por seis (04) blocos, incluindo:

- I. **Informações referentes à Ocorrência:** nº e data da ocorrência, instituição onde foi realizada a ocorrência, denunciante e forma de denúncia;
- II. **Identificação da criança e da vitimização:** idade, sexo, raça/cor, escolaridade, coabitação, tipo de violência sofrida, forma de manifestação da violência, reincidência, vitimização por mais de um agressor, número de agressores envolvidos; local de ocorrência da violência e presença de aliciador nos casos de exploração sexual.
- III. **Identificação do agressor/perpetuador:** idade, sexo, raça/cor, grau de instrução, situação de trabalho, situação conjugal, uso de álcool ou drogas, histórico de detenção e vitimização anterior, abuso em grupo e vínculo com a vítima;
- IV. **Outras informações da ocorrência/:** encaminhamento, procedimentos adotados e síntese do relatório do inquérito policial/ocorrência.

4.6 Coleta de dados

A coleta de dados teve início após o consentimento dos responsáveis pelas instâncias (Coordenadoria da Polícia Civil de Feira de Santana e Conselhos Tutelares I e II), liberando a coleta das informações nas instituições e da aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa/UEFS.

Embora a coleta tenha sido efetuada nos Conselhos Tutelares e Delegacias, optou-se por trabalhar apenas com as ocorrências das Delegacias, visto que os registros de agressores dos Conselhos apresentavam irregularidade, na captação de dados imprescindíveis aos objetivos do estudo (antecedentes, hábitos, envolvimento de terceiros, além de alguns dados demográficos).

É válido ressaltar que o processo de coleta de dados não interferiu na rotina de trabalho dos profissionais nas instituições pesquisadas.

4.7 Variáveis do estudo

As variáveis do estudo foram selecionadas tendo em vista os objetivos e discussão das mesmas, onde considerou-se como **variável desfecho**: 1. a tipologia das violação: (tipo de violência (abuso, exploração), local de ocorrência, denunciante, forma de denúncia (presencial ou através do Sistema Disque Denúncia), contexto, manifestação do abuso (com e sem penetração, com e sem contato), reincidência, vínculo com a vítima, tipo de intimidação, número de agressores envolvidos na ocorrência; 2. perfil demográfico da vítima (sexo e faixa etária). As **variáveis descritoras do desfecho** de interesse para este estudo foram aquelas relacionadas às características do agressor que poderiam influenciar na tipologia do abuso e vítimas: 3. característica sociodemográficas e comportamental (sexo, faixa etária, situação conjugal, escolaridade, situação de trabalho, vínculo com a vítima; uso de substâncias psicoativas, histórico de detenção-processo, outras vitimizações (síndrome da adição) e abuso em grupo).

4.8 Análises de Dados

A análise dos dados foi realizada em etapas, onde na primeira (**etapa I**) realizou-se um *Linkage* entre os bancos de dados das Delegacias de Polícia, DEAM, DAÍ e DERCA no intuito de evitar a duplicidade de registro de ocorrência.

Face à vitimização de crianças e adolescentes, o fluxo entre Instâncias da Rede de Atendimento e Garantia de Direitos, constitui estratégia primordial aos encaminhamentos, intervenção e medidas de proteção e defesa, especialmente nas situações de grande vulnerabilidade¹⁶. Nessa perspectiva, os Conselhos Tutelares, instância de referência para denúncias e notificação, estabelece fluxo de informações com as Delegacias de Polícia Civil e Especializadas (DAÍ, DEAM e DERCA), encaminhando os casos para investigação e responsabilização dos respectivos agressores. A interlocução entre Conselhos e Delegacias Especializadas possibilitou a obtenção de dados de maior abrangência sobre os molestadores, imprescindíveis à viabilidade desse estudo, considerando os objetivos propostos.

Na presente pesquisa, embora a coleta tenha sido efetuada nos Conselhos Tutelares e Delegacias Especializadas, a realização do *linkage* entre os bancos

mostrou perdas (69), assim como irregularidade no registro das informações de agressores, nos Conselhos, o que determinou a utilização dos registros das Delegacias (Relatórios de Inquéritos Policiais, Boletins de Ocorrência e Termos Circunstanciados), visto que a regularidade das informações sobre molestadores eram imprescindíveis ao estudo.

Na **etapa II**, foram calculadas as freqüências simples e proporcionais quanto às características dos agressores, tipologia da violação sexual e das vítimas no período entre 2005 a 2010.

Na **etapa III** foram realizadas análises bivariadas entre faixa etária dos agressores e tipologia da violação; dados sócio-demográficos e comportamentais dos agressores, com sexo e faixas etárias das vítimas.

Para a confecção do banco de dados foi utilizado o software Epidata, versão 3.1b, e as análises dos dados foi realizada por meio dos programas estatísticos *Statistical Package for Social Sciences – SPSS*, versão 10.0 (SPSS, 1996; WAGNER, 2004) e R Foundation for Statistical Computing – R (R DEVELOPMENT CORE TEAM, 2007).

4.9 Aspectos Éticos

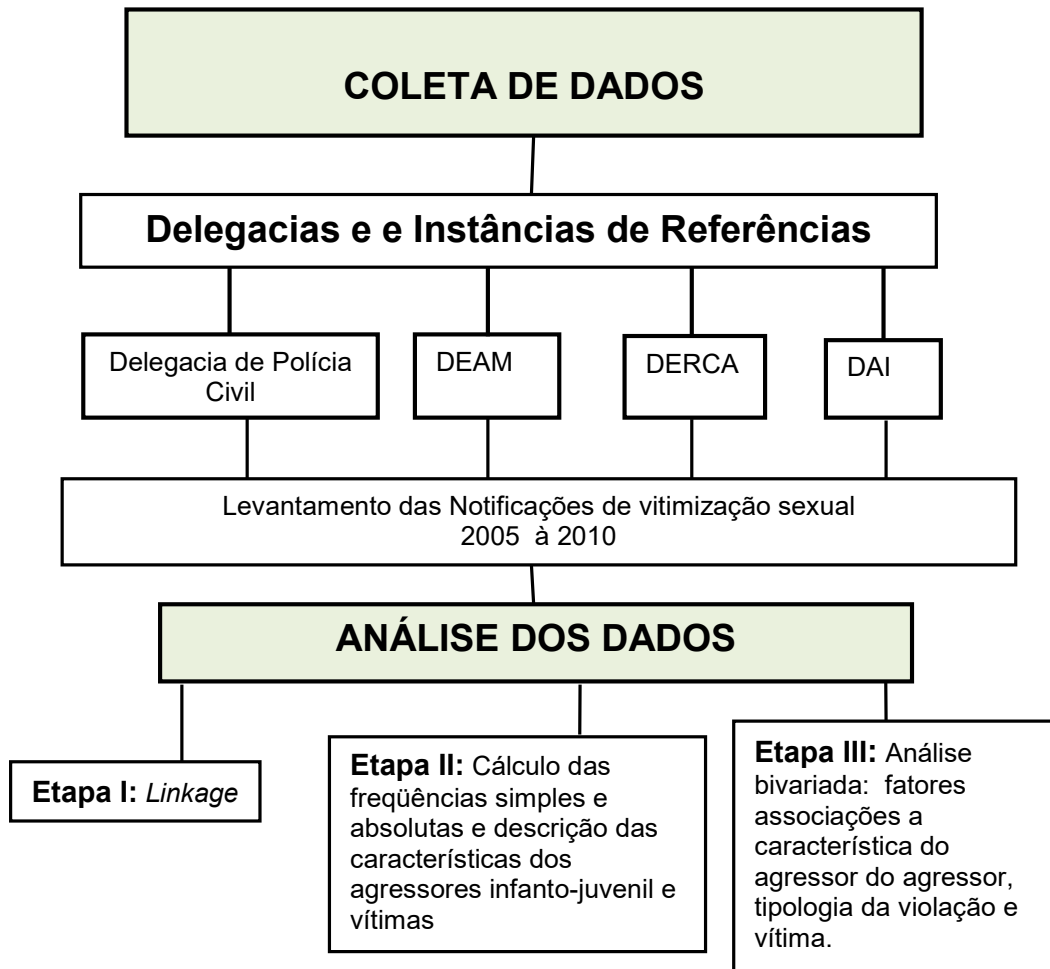
O presente projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética da Universidade Estadual de Feira de Santana CEP/UEFS. De acordo com as normas éticas exigidas pela resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (BRASIL, 1997).

Foi solicitada através de documento impresso, a autorização da Coordenadoria Regional da Polícia Civil de Feira de Santana para a coleta dos dados nas Instâncias. Os dados coletados serão utilizados apenas para fins científicos e foram arquivados no Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência – NNEPA, sob a responsabilidade da coordenação. Após um período de 05 anos, o material de coleta arquivado será incinerado e os dados deletados.

A coordenação do projeto assume ainda a responsabilidade de enviar relatório detalhado com os resultados obtidos para todas as instâncias onde os dados foram coletados, no intuito de contribuir para subsidiar o planejamento de

ações voltadas ao fortalecimento da Rede de Atendimento e Defesa à criança e adolescentes no município de Feira de Santana e região.

4.10 Fluxograma de Coleta e Análise de Dados



5 . RESULTADO

5.1 Artigo I

Agressor sexual de crianças e adolescentes: análise de situações relacionadas à violação e vítimas.

Sexual offender of children and adolescents: analysis of situations related to rape and victims.

Clarice Alves dos Santos ¹

Maria Conceição O. Costa ²

Martine Hébert ³

Magali Teresópolis Reis Amaral ⁴

Carlito Lopes Nascimento Sobrinho ⁵

Instituição responsável: Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS/Departamento de Saúde- Programa de Pós-Graduação em Saúde coletiva- PPGSC; Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência- NNEPA/UEFS.

Endereço para correspondência: Maria Conceição Oliveira Costa. Avenida Euclides da Cunha 475, Apto 1602, Graça, Salvador-Bahia, Brasil. CEP: 40.150-120.

Projeto financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/**CAPES** e Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia/ **FAPESB**.

¹Mestre em Saúde Coletiva PPGSC/UEFS, Licenciatura Plena em Educação Física/ UESB e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência/PPGSC/NNEPA/UEFS
E-mail: claricealvesef@yahoo.com.br

²Profª Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS, Pós-doutorado Université du Québec à Montreal/ UQAM e Coordenadora do NNEPA/PPGSC/UEFS

³ Profª do Département de Sexologie de l'Université du Québec à Montréal/UQAM; Coordonatrice du groupe de recherche – violence sexuel et santé – EVISSA.

⁴Profª do Departamento de Ciências Exatas/DEXA/UEFS, Mestre em Biometria e Estatística Aplicada, e pesquisadora do NNEPA/UEFS.

⁵Prof. Titular da UEFS; Doutorado em Medicina Comunitária/ISC/UFBA e Coordenador da Sala de Situação em Pesquisa/PPGSC/UEFS.

RESUMO

Objetivo: estudar o perfil de agressores sexuais de crianças e adolescentes, analisando dados demográficos e comportamentais, segundo características da violência, sexo e faixa etária das vítimas. **Método:** estudo transversal, descritivo, incluindo 618 registros, obtidos dos Inquéritos Policiais e Boletins de Ocorrência das Delegacias de Polícia Civil Especializadas (Delegacia de atendimento à mulher/DEAM, Delegacia de atendimento ao adolescente infrator/DAÍ e Delegacia de repressão ao crime contra criança e adolescente/DERCA), no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010. Foi utilizado o programa *Statistical Package for Social Sciences/SPSS*, versão 10.0.s para realizar as análises entre variáveis dos perpetradores, vítimas e características da violação. **Resultados:** a maioria dos agressores era do sexo masculino (98,0%), solteiro (61,3%), 24,0% adolescentes até 17 anos e 20,6% adulto jovem (18 a 24 anos); 59,4% eram conhecidos da vítima e 27,9% algum familiar. O agressor adolescente violou, indistintamente, ambos os sexos, com maior frequência de vitimização na infância (0 -11 anos), ocorrências em ambiente extra- familiar e na forma grave de violação (penetração, agressão e intimidação física/ameaça). As vítimas do sexo masculino foram mais molestadas por agressor adolescente, conhecido, solteiro, com histórico de detenção, outras vitimizações e participação de múltiplos perpetradores. **Conclusões:** a elevada proporção de adolescentes e adultos jovens na condição de perpetrador sexual de crianças e adolescentes constitui um desafio às políticas públicas e aponta a necessidade de investimentos direcionados ao fortalecimento da Rede de Instituições de prevenção, assim como estímulo ao controle social, através do Sistema Nacional de Denúncia - “Disque 100”, estratégia que tem se mostrado efetiva na proteção dos grupos populacionais mais vulneráveis.

Palavras Chave: agressor sexual; infância e adolescência; abuso sexual.

ABSTRACT

Objective: to study the profile of sexual offenders of children and adolescents by analyzing demographic and behavioral data, according to characteristics of violence, sex and age of the victims. **Method:** cross-sectional and descriptive study, including 618 records, obtained from the Police Investigations and Bulletins Occurrence of Specialized and Civil Police Station (Police Station to assist women/DEAM, Police of assistance to adolescent offender/DAI and Police of repression to crime against children and adolescents/DERCA), from January 2005 to December 2010. We used the Statistical Package for Social Sciences/SPSS, version 10.0 to perform the analyzes between variables of the perpetrators, victims and characteristics of abuse. **Results:** The majority of offenders were male (98.0%), single (61.3%), 24.0% adolescents up the 17 years and 20.6% young adults (18-24 years), 59.4% were known to the victim and 27.9% some family. The adolescent offender violated indiscriminately, both sex, with higher frequency of victimization in childhood (0-11 years), occurrences in extra-familial environment and severe form of rape (penetration, intimidation and physical assault / threat). The male victims were more molested by adolescent abuser, known, single, with a history of arrest, victimizations other and involving multiple perpetrators. **Conclusions:** the high proportion of adolescents and young adults in the condition of sexual offender of children and adolescents is a challenge to public policy and highlights the need of investments to strengthen the Network of Institutions of Prevention and Care and awareness of social control through the Denounces National System "Dial 100", a strategy that has proven been effective in protecting the most vulnerable population groups.

Key words: sexual offender, childhood and adolescence, sexual abuse.

INTRODUÇÃO

A violência sexual infanto-juvenil constitui um fenômeno de abrangência mundial, de ocorrência endêmica, nas distintas classes sociais e culturas, cuja magnitude diverge, na dependência de aspectos contextuais, que interferem na dinâmica da revelação, pela vítima; da denúncia, pelo envolvimento de familiar e conhecidos e da notificação, pelas Instâncias de referência ^{1, 2, 3, 4}.

Entre os fatores que contribuem para a invisibilidade desse fenômeno e, conseqüentemente, para a impunidade, em distintos contextos e países, destacam-se os baixos coeficientes mostrados nas estatísticas oficiais, subestimando a real magnitude do problema ^{5, 6, 7, 8}. No Brasil, o Ministério da Saúde estima que menos de 10% dos casos de violência sexual praticadas por familiares, pessoas próximas, conhecidas, amigos, namorados, entre outros, são notificados, nas Delegacias e Conselhos Tutelares⁹. Essa realidade tem provocado investimentos públicos em Políticas e Programas, de abrangência nacional, direcionados ao enfrentamento e prevenção da violência infanto-juvenil, com esforços voltados ao fortalecimento da Rede de Instâncias do Sistema de Atendimento e Garantia de Direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ^{10, 11}.

No que diz respeito à tipologia do agressor sexual de crianças e adolescentes. A Associação Psiquiátrica Americana foi pioneira ao oferecer critérios diagnósticos das parafilias, cujos sintomas e sinais envolvem uma ampla variedade de comportamentos, fantasias ou práticas sexuais socialmente não convencionais, critérios esses que possibilitaram a caracterização do agressor ¹². Pesquisas apontam que a atração sexual por crianças e adolescentes pode começar precocemente, podendo estar relacionada à maturidade emocional e sexual, fatores ambientais, sociais e problemas psicológicos, resultantes de abuso sexual, em idades precoces do desenvolvimento ^{13, 14, 15}.

Segundo estudiosos, o molestador de crianças e adolescentes pode ser situacional (vulnerabilidade da vítima e acesso ao seu ambiente) ou preferencial (comportamento sexual focado, compulsivo, do tipo pedofílicas, voyeurismo e sadismo, entre outras) ¹⁶. Cabe considerar que os crimes sexuais, seja ele perpetrado por pedófilo ou molestador sexual, podem não constituir apenas ato individual, de preferências ou fantasias sexuais, cometidos por adultos, ou adolescentes e jovens, mas remete às relações de poder e hierarquia, que apontam

para o desequilíbrio social e econômico, de populações, nos mais diversificados contextos sociais^{13, 17}.

Nas últimas décadas, o perfil do agressor sexual tem sido redimensionado, em decorrência das evidências. Estudos realizados em distintos contextos e países vêm mostrando que a violação cometida por adolescentes e jovens tem aumentado consideravelmente^{14, 18}, provocando debate mundial sobre o assunto, assim como incentivado a realização de pesquisas nessa temática^{19, 20, 21, 22}. O consenso mundial aponta que, diante da violência infanto-juvenil, o maior desafio consiste na interrupção precoce do ciclo que envolve vítima e agressor. A complexidade desse fenômeno e suas múltiplas implicações exigem políticas públicas direcionadas ao fortalecimento das Instâncias da Rede de Proteção e estratégias eficientes de incentivo ao controle social, visando garantir a proteção e integridade das novas gerações^{16, 19, 23}.

Em Feira de Santana, o processo de implementação de pesquisas e ações de fortalecimento das instituições participantes do Sistema de Garantia de Direitos para enfrentamento da violência tem sido implementado desde 2003, através da articulação entre Secretaria Nacional de Direitos Humanos/SNDH, Rede de Instâncias de Atendimento e Defesa, com a participação da Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS - Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência/NNEPA, contando com apoio da Organização Internacional do Trabalho /OIT, Fundação de Amparo a Pesquisa do estado da Bahia/FAPESB, Ministério da Educação/MEC, Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnologia/CNPq e Ministério da Saúde/MS)^{24, 25}.

O objetivo dessa pesquisa foi estudar o perfil de agressores sexuais de crianças e adolescentes, analisando dados demográficos e comportamentais, segundo características da violência, sexo e faixa etária das vítimas.

METODOLOGIA

Estudo de corte transversal, de caráter descritivo, com base em dados secundários dos agressores sexuais de crianças e adolescentes, registrados nos Boletins de Ocorrência (BO), Termo Circunstanciado (TC) e Relatórios dos Inquéritos Policiais (IP) das Delegacias de Polícia Civil Especializadas (DERCA, DAÍ, DEAM), de Feira de Santana-BA, Brasil, no período de 1º de janeiro de 2005 a 31 de

dezembro de 2010.

Na coleta de dados foi considerado como caso a ocorrência/notificação da violência sexual registrada na Instituição (Delegacias). Para evitar a duplicidade, foi realizado o *Linkage* entre bancos das respectivas Delegacias.

Com base nas informações contidas nos documentos das Instâncias pesquisadas, foi utilizado um formulário específico, atendendo aos objetivos da pesquisa, contendo informações: 1. Do agressor (sexo, faixa etária, cor da pele, situação conjugal, escolaridade, situação de trabalho, vínculo com a vítima; uso de substâncias psicoativas, histórico de detenção-processo, outras vitimizações (síndrome da adição) e abuso em grupo; 2. Da ocorrência/vitimização (tipo de violência (abuso, exploração), local de ocorrência, denunciante, forma de denúncia (presencial ou através do Sistema Disque Denúncia), contexto, manifestação do abuso (com e sem penetração, com e sem contato), reincidência, vínculo com a vítima, tipo de intimidação, número de agressores envolvidos na ocorrência; 3. Da vítima (sexo e faixa etária).

Na elaboração do banco de dados foi utilizado o *software* Epidata, versão 3.1b e as análises foram realizadas através do programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences/SPSS*, versão 10.0. Foram calculadas frequências (absoluta e relativa) das variáveis, assim como análises bivariadas entre faixa etária dos agressores e características da violação; dados sócio-demográficos e comportamentais dos agressores, com sexo e faixas etárias das vítimas. Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana, com protocolo de nº143/2010 (CAAE nº 0141.0.059.000-10), em conformidade com a resolução no 196/96 do Conselho Nacional de Saúde ²⁶.

RESULTADOS

No período de 1º de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2010, foram registradas 618 ocorrências de vitimização sexual de crianças e adolescentes, nas Delegacias de Polícia Civil e Especializadas (DEAM, DAÍ e DERCA) de Feira de Santana/Bahia/Brasil.

O perfil dos agressores (**Tabela 1**) mostrou que a maioria absoluta era do sexo masculino (98,0%), cor parda (68,4%); solteira (61,3%); de baixa escolaridade (78,1%); referiu estar trabalhando (86,8%); não fazia uso de substâncias psicoativas

(87,1%); não apresentava histórico de detenção (82,5%) ou de outras vitimizações sexuais (75,1%). Cerca de 40% das ocorrências foram cometidas por adultos (25-49 anos); entretanto, adultos jovens e adolescentes totalizaram 44,6%, sendo 24,0% na faixa ≤ 17 anos. Quanto ao vínculo com a vítima, foi verificado que 38% eram pessoas conhecidas da comunidade; 21,4% amigos, namorados e colegas e 27,0% pai-padrasto e outros familiares, respectivamente (16,5% e 10,5%).

Os dados referentes às características da violação (**Tabela 2**) apontaram ambiente doméstico (alguma residência), como local mais frequente (61,0%); os pais, como principais denunciante (63,4%); a ocorrência em contexto extra-familiar (72,3%); com contato físico (88,3%) e penetração (66,7%); sendo 41,8% de reincidências e 42,9% com agressão física. As intimidações mais frequentes foram sedução (42,7%) e força física (32,2%), onde a maioria das ocorrências envolveu apenas um agressor (86,4%). Entre as vítimas, houve predominância de violação no sexo feminino (81,2%), onde os adolescentes totalizaram 57,8%.

A análise entre características da violação, segundo as faixas etárias (**Tabela 3**) mostrou que, comparados aos adultos (≥ 18 anos), os perpetradores adolescentes (≤ 17 anos) apresentaram maior frequência de violação fora do ambiente da família (81,9%); com penetração (71,4%); na presença de agressão física (59,6%); e intimidação física (72,4%).

As análises entre sexo e faixa etária das vítimas, segundo características do agressor (**Tabela 4**), apontam que perpetrador masculino vitimiza o sexo feminino, em ambas as faixas da infância (43,6%) e adolescência (56,3%), enquanto que o agressor feminino mostra maior proporção de violação na infância (88,8%) e no sexo feminino (77,7%). Agressores adolescentes vitimizaram, indistintamente, ambos os sexos (45,0% e 54,9%), sendo a maioria nas faixas da infância (70,1%); enquanto os adultos vitimizaram, principalmente, o sexo feminino (89,4%) na faixa da adolescência (62,5%). Os perpetradores conhecidos violentaram ambas as faixas, da infância (46,9%) e adolescência (53,1%), com maior frequência de violação do sexo masculino (22,4%), comparado ao agressor familiar (10,3%). Na faixa da adolescência, foi verificada maior frequência de vitimização pelo agressor masculino (56,33%), adulto (62,50%), com proporções semelhantes da vitimização por conhecidos (53,10%) e familiares (54,80%).

DISCUSSÃO

Face à vitimização de crianças e adolescentes, o fluxo de informações entre as Instâncias da Rede de Atendimento e de Garantia de Direitos, constitui estratégia primordial aos encaminhamentos, intervenção e medidas de proteção e defesa, especialmente nas situações de vulnerabilidade social ¹¹.

Em Feira de Santana, o total de 618 casos de violação sexual registrados nas Delegacias de Polícia Civil e Delegacias Especializadas, sugerem subnotificação, por tratar-se de um levantamento de seis anos, considerando os aspectos peculiares dessa região, onde o município está inserido. Feira de Santana possui cerca de 600 mil habitantes, representa uma zona de pólo industrial do Estado da Bahia e está localizada em um importante trevo rodoviário de interligação entre as regiões norte - nordeste e sudeste do Brasil (rodovias federais e estaduais), distante 100 km da capital/Salvador. Essa posição geográfica favorece alto fluxo de emigração das regiões mais empobrecidas, em direção aos centros industriais e comerciais desenvolvidos, razão pela qual, estudos apontam esse município como zona de risco para vitimização de crianças e adolescentes^{11, 27}. Os achados da presente pesquisa corroboram com estudos realizadas em distintos contextos e países que apontam para a invisibilidade da violência sexual, em decorrência dos baixos índices de notificação, pelas múltiplas dimensões do problema, como o envolvimento de familiares, conhecidos da família e do ambiente social da vítima, ressaltando, inclusive, o preconceito social, fatores esses que comprometem a revelação do abuso pela vítima^{4, 6, 7, 21}.

Na pesquisa de Feira de Santana, cujo objeto de estudo foi o molestatador sexual, um dos argumentos a ser considerado, para a inferência de sub-registro das ocorrências, diz respeito aos aspectos geográficos, sociais e culturais relacionados às características da região onde a cidade está inserida. À semelhança dos municípios de fronteiras e de grande fluxo migratório, Feira de Santana é apontada como zona de risco para violação sexual de crianças e adolescentes, conforme mostrado pela pesquisa de tráfico e exploração de crianças e adolescentes – PESTRAF ²⁷. A localização muito próxima de uma grande capital (Salvador), importante pólo turístico do país, fronteira com a região do semi-árido do Estado da Bahia (grande número de municípios em condição de pobreza) e margeada por importantes rodovias federais e estaduais, propicia o fluxo urbano desajustado dos

habitantes das regiões mais pobres, em direção ao pólo industrial. A migração das regiões pobres, em direção aos maiores centros urbanos, favorece a sobrevivência em condições desfavoráveis, nos aspectos da saúde, educação e integração social, assim como às situações de vulnerabilidade. Nos contextos de subdesenvolvimento, fatores sociais e econômicos contribuem para a exposição e risco de violação entre crianças e adolescentes, no ambiente da comunidade ou mesmo no seio da família^{2, 4}.

No que diz respeito ao perfil dos agressores sexuais, consenso mundial estima que menos de 10% dos casos de violência sexual praticadas por familiares, pessoas próximas ou conhecidas são denunciadas^{9, 7, 28, 29}. Entre os fatores que dificultam a revelação, denúncia e notificação do caso pela criança/adolescente destacam-se os vínculos afetivos e a dependência da família, nos casos de ser o agressor um membro desta^{3, 4}. Cabe assinalar alguns receios, como ser acusado de provocar o ato abusivo, humilhação ou retaliação, incompreensão por parte dos familiares, amigos, vizinhos¹. Nos casos de vitimização de adolescentes, enfatiza-se a presença de atitudes preconceituosas, pela família, amigos e autoridades, com acusação da vítima, em ter favorecido ou provocado a violência^{1, 3, 9}.

No que se refere ao perfil etário, o estudo de Feira de Santana apontou cerca de 40% de agressores sexuais adultos (25-49 anos) e expressiva participação de adolescentes e jovens, sendo que os adolescentes violaram indistintamente ambos os sexos, especialmente nas faixas etárias da infância (0-11 anos). Os perpetradores adolescentes apresentaram um padrão indiscriminado, com vitimização de ambos os sexos. Observou-se ainda que, entre os molestadores adolescentes, a maioria das vítimas eram crianças, enquanto que, entre os agressores adultos, a maioria praticou abuso contra vítimas adolescentes do sexo feminino. Esses achados ratificam estudos anteriores, que observaram resultados semelhantes, nas proporções de adultos e adolescentes envolvidos com crimes sexuais^{5, 6, 18, 23, 30}. Esses estudos apontam crescente participação de adolescentes e jovens, chamando atenção para a importância de redimensionamento do perfil do molestatador sexual^{14, 21, 22}.

Nos Estados Unidos, estudo de base nacional, observou que jovens representavam mais de um quarto (29,0%) dos violadores de crianças e adolescentes, com passagem na polícia. Os crimes sexuais cometidos por adolescentes foram significativamente mais propensos de envolver crianças do sexo

masculino (25%, versus 13%, para adultos) na faixa etária da infância (59%, versus 39%, para adulto); entre perpetradores adultos, a prevalência de vitimização sexual foi maior entre adolescentes do sexo feminino⁵. Na Suécia, pesquisa também evidenciou que jovens cometem mais crimes sexuais em grupos, comparados aos adultos³¹. No Canadá, estudo com amostragem de 5.121 jovens e 5.434 adultos verificou 65,7% de vitimização do sexo feminino, entre os adultos, enquanto os adolescentes mostraram padrão indiscriminado, na seleção do gênero, com diferença significativa (51,9% e 33,4%, respectivamente). Nesse mesmo estudo, foi mostrado que os molestadores cometeram muito mais violações, comparado àquelas para as quais foram condenados³⁰. No Brasil, estudo realizado em Londrina-PR (2006), verificou maior frequência de agressores da faixa de 25 a a 39 anos (44,1%) e acima de 40 anos (25,3%), com participação em 21% dos adolescentes e 6,4% de jovens¹⁸.

Para as características da violação, a atual pesquisa observou que agressores na faixa etária ≤ 17 anos (24%) abusaram das vítimas em ambiente extra-familiar, com manifestação grave (penetração), agressão física e intimidação física/ameaça, corroborando com resultados da literatura. Nos EUA, estudo de caráter nacional (EUA), verificou que, comparados aos adultos, agressores adolescentes cometeram violação sexual em grupo (múltiplos agressores) (47,8% versus 27,0%), no contexto extra-familiar (74,9% versus 68,2%), em algum domicílio ou local da comunidade (22,8% versus 13,1%)⁵.

No período estudado, 2005 -2010, a maioria dos violadores de crianças e adolescentes foi do sexo masculino, concordando com pesquisas realizadas em outras regiões e países^{5, 6, 18, 32}. Em nível mundial, a vitimização sexual é um fenômeno social marcado por relações de poder e dominação, do masculino sobre o feminino, expresso pela desigualdade de gênero^{1, 2, 3}. Na violação sexual infanto-juvenil, especialmente os casos na infância e primeira fase da adolescência, além das questões de gênero, as relações de poder e hierarquia assumem importância expressiva^{2, 32}. Segundo estudos, violadores de crianças vitimizam-nas, independente do sexo, cuja motivação mais expressiva são as questões ligadas à submissão da vítima³⁰.

Na presente pesquisa o envolvimento de mulheres como perpetrador sexual foi observado em apenas 2,0% das ocorrências, sendo mais freqüente entre as crianças, do sexo feminino. Essa proporção relativamente pequena, pode ser

relacionada a fatores culturais relacionados ao papel protetor atribuído pela sociedade à mulher e ao preconceito que envolve a sexualidade masculina e feminina, isentando-a das suspeitas, quanto à autoria do abuso, contribuindo assim para a invisibilidade e subnotificação^{16, 32, 33}. Estudos nessa área vêm apontando aumento das ocorrências em creches e instituições, assim como, no ambiente familiar^{16, 33, 34}. Essas ocorrências se destacam pela gravidade, além da alta probabilidade do envolvimento de cúmplices do sexo masculino^{16, 34}.

Quanto ao vínculo entre agressor e vítima, pesquisas realizadas em diferentes contextos evidenciam que a maioria dos perpetradores sexuais convivem com a vítima, na condição de familiar, amigos, vizinhos, conhecidos, namorados^{6, 35}. Os resultados da presente pesquisa ratificam esses estudos, onde foi verificado cerca de 60% dos violadores conhecidos da vítima (vizinhos e pessoas de confiança da comunidade, colegas, amigos e namorados); sendo os pais-padrasto e familiares (27,0%) a segunda categoria mais frequente. Esses resultados discordam de alguns estudos que apontam pais e padrastos como principais agressores sexuais de crianças e adolescentes^{7, 8, 18, 32}. Na pesquisa de Feira de Santana, foi observada frequência elevada ente agressor conhecido e ocorrência de vitimização na adolescência (12-18 anos). Estudiosos relatam que a violação perpetrada por membro da família ou pessoa próxima pode acarretar graves consequências, no desenvolvimento psíquico-emocional das vítimas, ao longo do amadurecimento e nas relações sociais que estabelecem, quando adultos. Essas consequências requerem atenção, considerando a dinâmica transgeracional, na qual indivíduos violentados no passado podem apresentar atos abusivos reincidentes, junto a crianças ou adolescentes da própria família ou do ciclo de amizade^{3, 23}.

No estudo de Feira de Santana, os resultados apontaram que as vítimas do sexo masculino foram mais molestadas por agressores solteiros, com histórico de detenção e participação de múltiplos perpetradores. Esses dados chamam atenção para a tipologia do agressor sexual de crianças e adolescentes, nos aspectos relacionados à faixa etária, comportamento social e presença de problemas psicossociais e ambientais, achados esses que concordam com resultados de outros estudos^{16, 19}. Pesquisas direcionadas às parafilias, com agressores parafilícos mostram maior tendência à reincidência da vitimização, idade precoce de iniciação do abuso e com membro da família, comparados com aqueles sem esses distúrbios¹³. Esses estudos apontam ainda que agressores solteiros são mais susceptíveis de

motivarem-se pela oportunidade/disponibilidade da vítima e não por um transtorno de preferência sexual ¹⁶. Em Taiwan, estudo realizado com prisioneiros, comparando agressores não incestuosos e incestuosos, observou que o estado civil diferiu significativamente: entre os solteiros, 57,7% eram não incestuosos e 5,1% eram incestuosos e aqueles não incestuosos mostraram maior proporção de problemas psicossociais ou mentais (52,0%), versus os incestuosos (28,2%) ¹⁷.

O consumo de substâncias psicoativas encontra-se entre os fatores que podem estar associados à vitimização sexual de crianças e adolescentes e gravidade do abuso ^{2, 20, 22}. Pesquisas nessa área relatam aumento da prevalência de violação, na presença da baixa escolaridade e uso de alguma substância psicoativa/SPA ²⁰. Adolescentes que fazem uso de uso de álcool apresentam maiores níveis de impulsividade para abuso de SPA e atividade sexual precoce, comparado àqueles que não usam ³⁶. No presente estudo, embora a maioria dos molestadores (87,1%) tenham negado o uso de SPA, foi observado maior frequência de vitimização sexual de adolescentes entre aqueles que faziam uso dessas substâncias.

No que concerne às motivações, estudiosos sugerem padrões distintos, entre adultos e adolescentes, na dependência de fatores sociais, econômicos, culturais, presença de patologias, problemas psicossociais, entre outros. Entre agressores adultos as motivações podem estar ligadas à oportunidade (molestador situacional), disponibilidade e vulnerabilidade da vítima ou decorrente de um “Transtorno de Preferência Sexual” (parafilias), caracterizado pelo padrão de comportamento focado ¹⁶, cujos sinais e sintomas envolvem ampla variedade de fantasias ou práticas sexuais socialmente não convencionais ¹². Entre molestadores adolescentes e jovens, as evidências sugerem motivações ligadas ao grupo (tentativa de ganhar a atenção ou aprovação do grupo de amigos/colegas); fatores psicossociais, comportamentais e da sexualidade (melhorar a auto-estima, auto-identificação e autonomia; desejo de experimentar a sexualidade e a intimidade; aliviar o estresse, ansiedade ou tensão); além das questões de poder (experimentar o poder pessoal por meio da dominação; raiva ou desejo de humilhar a vítima) ^{19, 21}. Estudos sugerem a relação entre crime sexual cometido na faixa adolescente ou adulta e o histórico de vitimização sexual na infância ^{16, 23, 34, 37}.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências encontradas apontam alta proporção de agressores adolescentes (≤ 17 anos), com ocorrências em ambiente extra-familiar e manifestações graves (penetração, agressão física e intimidação física/ameaça).

O Sistema de informação das Delegacias de Polícia Civil e Delegacias Especializadas, em nível local e nacional, representam uma importante ferramenta para levantamento de indicadores da violência infanto-juvenil, em especial dados referente aos perpetradores. Esses índices permitem subsidiar políticas e programas direcionados à prevenção e fortalecimento da Rede de Prevenção, Atendimento e Defesa, no sentido de oferecer assistência às vítimas e famílias, assim como possibilitar a reintegração social e familiar dos adolescentes perpetradores, ampliando assim a proteção aos direitos fundamentais, assegurados por leis a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

1. Kellogg ND. Child sexual abuse: a marker or magnifying glass for family dysfunction? **Int Soc Sci J**. 2002; 39: 569–82.
2. Harvey A, Garcia-Moreno C, Butchart A. **Primary prevention of intimate-partner violence and sexual violence**: Background paper for who expert meeting. World Health Organization; 2007. 38 p.
3. Almeida TMC, Penso MA, Costa LF. Abuso sexual infantil masculino: o gênero configura o sofrimento e o destino?. **Estilos da Clínica**. 2009; 14(4): 46-67.
4. Pinheiro P. **World report on violence against children**. Geneva: United Nations Secretary- General's Study on Violence against Children/OMS; 2006.
5. Finkelhor D, Ormrod RK, Chaffin M. Juveniles Who Commit Sex Offenses Against Minors. **Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention**. Washington; 2009.
6. Finkelhor D, Hammer H, Sedlak AJ. Sexually Assaulted Children: National Estimates and Characteristics. **National Incidence Studies of Missing, Abducted, Runaway and Thrownaway Children**. Washington; 2008.
7. Hébert M, Tourigny M, Cyr M, McDuff PMS, Joly J. Prevalence of Childhood Sexual Abuse and Timing of Disclosure in a Representative Sample of Adults From Quebec. **Can J Psychiatry**. 2009; 54(9): 631-36.

8. Trocmé N, Fallon B, MacLaurin B, Daciuk J, Felstiner C, Black T et al. **Canadian Incidence Study of Reported Child Abuse and Neglect – 2003: Major Findings**. Canada: Minister of Public Works and Government Services Canada; 2005.
9. Brasil. Ministério da Saúde. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.
10. Figueiredo K, Castanha N, Ippolito R, Tabosa S. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil: uma política em movimento - Relatório do Monitoramento 2003-2004**. Brasília; 2007. 63 p.
11. Costa MCO, Carvalho RC, Santana MAO, Silva LMS, Silva MR. Avaliação do Programa Nacional de Ações Integradas e Referenciais (PAIR) para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, em Feira de Santana, Bahia. **Ciênc. saúde coletiva**. 2010; 15(2): 563-74.
12. Associação Psiquiátrica Americana (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed; 2002.
13. Dunsieath NW, Nelson EB, Brusman-Lovins LA, Holcomb JI, Beckman D, Welge JA et al. Psychiatric and legal features of 113 men convicted of sexual offenses. **J Clin Psychiatry**. 2004;65(3):293-300.
14. Hall RCW, Richard CWA Profile of Pedophilia: Definition, Characteristics of Offenders, Recidivism, Treatment Outcomes, and Forensic Issues. **Mayo Clin Proc**. 2007; 82 (4): 457-71.
15. Poortinga E, Lemmen C, Majeske K. A Comparison of Criminal Sexual Conduct Defendants Based on Victim Age. **J Forensic Sci**. 2007; 52(6): 1372–75.
16. Lanning KV. **Child Molesters: a behavioral analysis – for law-enforcement officers investigating the sexual exploitation of children by acquaintance molesters**. 4. ed. Federal Bureau of Investigation (FBI); 2001.
17. Lung F, Huang S. Psychosocial Characteristics of Criminals Committing Incest and Other Sex Offenses: A Survey in a Taiwanese Prison. **Int J Offender Ther**. 2004; 48(5): 554-60.
18. Martins CBG, Melo-jorge MHP. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do Sul do Brasil. **Texto Contexto Enferm**. 2010; 19(2): 246-55.
19. O'Brien M, Bera WH. Adolescent sexual offenders: A descriptive typology. **Preventing Sexual Abuse: A Newsletter of the National Family Life Education Network**. 1986; 1: 2-4.
20. Borowsky IW, Hogan M, Irlanda M. Adolescent Sexual Aggression: Risk and Protective Factors. **Pediatrics**. 1997; 100 (6): 1-8.
21. Gagnon MM, Tourigny GM, Lévesque M. Enfants présentant des comportements sexuels problématiques: lignes directrices en matière

- d'évaluation et de traitement. **Revue québécoise de psychologie**. 2008; 29(3): p 1-13.
22. Lafortune D, Proulx J, Tourigny M, Metz K. Recension des études empiriques québécoises s'intéressant aux adolescents auteurs d'agression sexuelle. **Revue de psychoéducation**. 2004; 33 (2): 449-72.
23. Tardif M, Hébert M, Béliveau S. **La transmission intergénérationnelle de La violence chez les familles d'adolescents qui ont commis des agressions sexuelles**. L'agression sexuelle: coopérer au-delà des frontières, Cifas; 2005. 566 p.
24. Brasil. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil**. Brasília: SEDH/DCA, 2002.
25. Costa MCO, Carvalho RC, Santana MAO, Silva LMS, Silva MR. Avaliação do Programa Nacional de Ações Integradas e Referenciais (PAIR) para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, em Feira de Santana, Bahia. **Cien Saude Colet**. 2010; 15(2): 563-74.
26. Brasil. Ministério da Saúde. Programa Nacional de doenças sexualmente Transmissíveis/AIDS. **Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos**. Brasília: Ministério da Saúde; 1997.
27. Leal MLL, Leal MFP (Orgs). **PESTRAF - Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial: Relatório Nacional – Brasil**. Brasília: CECRIA; 2003. 280 p.
28. Lyon TD, Ahern EC. Disclosure of child sexual abuse. In MYERS J.E.B (Ed.), **The APSAC handbook on child maltreatment** (3d.), SAGE.-USA, 2010. 451 p.)
29. Goodyear-Brown P; Fath A; Myers L.. Child Sexual Abuse: the Scope of the problem. In Goodyear-Brown, Paris (Ed.). **Handbook Child sexual abuse: identification, assessment and treatment**. John Wiley & Sons, 2011. 616 p.
30. Aylwin AS, Clelland SR, Kirkby L, Reddon JR, Studer LH, Johnston J. Sexual Offense Severity and Victim Gender Preference. **Int J Law Psychiatry**.. 2000; 23(2): 113-124.
31. Kjellgren C, Wassbert A, Carlberg M, Langstrom N, Svedin C. Adolescent sexual offenders: A total survey of referrals to social services in Sweden and subgroup characteristics. **Sex Abuse-J Res Tr**. 2006; 18:357–72.
32. Habigzang LF, Koller SH, Azevedo GA, Machado PX . Abuso sexual e dinâmica familiar : aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia**. 2005; 21(3) : 341-8.
33. Boroughs DS. Female sexual abusers of children. **Children and Youth Services Review**. 2004; 26: 481–487.

34. Roe-sepowitz D, Krysik J. Examining the Sexual Offenses of Female Juveniles: The Relevance of childhood Maltreatment. **Am J Orthopsychiatry**. 2008; 78 (4): 405-12.
35. Drezett J, Caballero M, Juliano Y, Prieto ET, Marques JA, Fernandes CE. Estudo de mecanismos e fatores relacionados com o abuso sexual em crianças e adolescentes do sexo feminino. **J Pediatr**. 2001; 5(77): 413-9.
36. Young AM, King L, Abbey A, Boyd CJ. Adolescent Peer-on-Peer Sexual Aggression: Characteristics of Aggressors of Alcohol and Non-Alcohol-Related Assault. **J Stud Alcohol Drugs**. 2009; 70(5): 700–03.
37. Felson RB, Lane KJ. Social learning, sexual and physical abuse, and adult crime. **Aggressive Behav**. 2009; 35(6): 489-501.

Tabela 1 – Características sociodemográficas e comportamental dos agressores sexuais de crianças e adolescentes. Feira de Santana – BA, 2005-2010.

Características do agressor	n	%
Sexo (N=613)		
Masculino	601	98,0
Feminino	12	2,0
Faixa etária (N=466)		
	112	24,0
18-24	96	20,6
25-49	190	40,8
≥50	68	14,6
Raça/cor (N=285)		
Branco	21	7,4
Pardos e negros ¹	264	92,6
Situação conjugal (N=473)		
Solteiro(a)	290	61,3
Casado(a) / União estável	150	31,7
Outros ²	33	7,0
Escolaridade (N=409)		
Ensino fundamental ³	307	78,1
Ensino médio ⁴	102	24,9
Trabalha (N=304)		
Sim	264	86,8
Não	40	13,2
Usa substâncias psicoativa (N=340)		
Sim	44	12,9
Não	296	87,1
Histórico de detenção/processo (N=337)		
Sim	59	17,5
Não	278	82,5
Outras vítimas (Síndrome da Adição) (N=618)		
Sim	154	24,9
Não	464	75,1
Vínculo com a vítima (N=618)		
Pai/Padrasto ⁵	96	16,5
Outros familiares ⁶	65	10,5
Vizinhos/pessoas da comunidade ⁷	235	38,0
Amigos/colegas/namorados	132	21,4
Desconhecidos	90	14,6

¹ Pardos (n=195) e negros (n=69);

² Outros: divorciado(a)/separado(a)/desquitado(a) (n=21), viúvo(a) (n=12);

³ Ensino fundamental (n=249) não alfabetizado (n=16) e alfabetizado (n=42);

⁴ Ensino médio (n=90), ensino superior (n=12);

⁵ pai (n=47) e padrasto(n=49);

⁶ Irmãos (n=10), tios (n=24), avós (n=6), primo (n=25);

⁷ Conhecidos, porteiro da escola (n=2), cuidador/orientador da instituição (n=2), caseiro da casa (n=1), namorado/companheiro da avó (n=4), padrinho (n=1), cunhado (n=1), filho da madrasta (n=1), gari (n=2).

Tabela 2 – Características da vitimização sexual contra crianças e adolescentes. Feira de Santana – BA, 2005-2010. Fonte: Delegacias de Polícia Civil e Especializadas, Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Polícia do Interior (DEPIN)/1ª Coordenadoria de Polícia do Interior (1ªCOORPIN)/ Feira de Santana-BA.

Característica da vitimização e da vítima	n	%
Tipo de violência (N=618)		
Abuso sexual	582	94,2
Exploração sexual comercial	36	5,8
Local de ocorrência (N=618)		
Ambiente social ¹	241	39,0
Ambiente doméstico	377	61,0
Denunciante/Responsável (N=618)		
Pai e Mãe ²	392	63,4
Instância da Rede de Garantia de Direito ³	96	15,5
Outros ⁴	130	21,0
Formas de denúncia (N=618)		
Presencial	542	87,7
Outros ⁵	76	12,3
Contexto do abuso (N=582)		
Extrafamiliar	421	72,3
Intrafamiliar	161	27,7
Manifestação do abuso(N=582)		
Com contato físico	514	88,3
Sem contato físico	68	11,7
Forma de manifestação com contato (504)		
Com penetração ⁶	336	66,7
Sem penetração ⁷	168	33,3
Forma de manifestação sem contato (N=68)		
Exibicionismo	38	55,9
Outros ⁸	30	44,1
Reincidência do abuso sexual (N=582)		
Sim	243	41,8
Não	339	58,2
Sofreu agressão física (N=546)		
Sim	234	42,9
Não	312	57,1
Tipo de intimidação*(N=614)		
Força física	198	32,2
Ameaça verbal/ Arma branca/arma de fogo	154	25,1
Sedução	262	42,7
Número de agressores envolvidos (N=582)		
Múltiplo	79	13,6
Único	503	86,4
Sexo da vítima(N=618)		
Masculino	116	18,8
Feminino	502	81,2
Faixa etária da vítima (N=604)		
0-11	255	42,2
12-18	349	57,8

¹Ambiente social inclui: rua/locais abandonado/matagal (n=167), hotéis/motéis/pousada/pensões (n=27), escola (n=13) instituição de atendimento à criança (n=20) e outros (n=14);

²Pai (n=66), Mãe (n=326);

³Instância da rede de garantia de direito (n=46), Setor polícia (n=47), Setor escola (n=2), Setor Saúde (n=1);

⁴Outros: Vizinhos/pessoas da comunidade (n=18), Anônimos (n=32), Outros familiares (n=54);

⁵Outros: ofício (n=30), telefone (n=20), flagrante delito (n=26);

⁶Com contato inclui: penetração anal, vaginal e oral;

⁷Sem contato inclui: tentativa de relação sexual, beijos e carícias nos órgãos genitais e masturbação;

⁸Outros inclui: abuso sexual verbal, assédio sexual, telefones obscenos, pornografia.

Tabela 3 – Distribuição da faixa etária do agressor segundo contexto de ocorrência do abuso, com contato físico, agressão física e intimidação física/ameaça segundo faixa etária do agressor. Feira de Santana – BA, 2005-2010.

Característica do agressor	Contexto do abuso			Manifestação do abuso			Sofreu agressão física			Intimidação física e ameaça		
	Extra familiar	Intra familiar	Total	Com penetração	Sem penetração	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Faixa etária												
≤17 anos	81,98	18,02	111	71,42	29,58	105	59,61	40,39	104	72,47	27,53	109
≥18 anos	67,87	32,13	330	62,63	37,37	281	33,87	66,13	310	51,81	48,19	171

Tabela 4 – Distribuição das variáveis sociodemográficas e comportamentais dos agressores sexuais de crianças e adolescentes segundo sexo e faixa etária das vítimas.

Características do agressor	Sexo da vítima		Total	Faixa etária da vítima		Total
	Masculino	Feminino		0-11	12-18	
	%	%	n	%	%	N
Sexo						
Masculino	19,02	80,98	573	43,67	56,33	561
Feminino	22,22	77,78	09	88,88	11,22	09
Idade						
≤17	45,04	54,96	111	70,10	29,90	107
≥18	10,60	89,40	330	37,50	62,50	328
Situação conjugal						
Solteiro(a)	24,73	75,27	279	48,52	51,48	272
Outros ¹	9,41	90,59	170	41,76	58,24	170
Identidade do agressor						
Conhecido	22,40	77,60	392	46,90	53,10	384
Familiar	10,30	89,70	136	45,20	54,80	135
Escolaridade						
Ensino fundamental ²	21,35	78,65	295	48,10	51,90	291
Ensino médio ³	15,73	84,27	89	39,32	60,68	89
Usa substâncias psicoativa						
Sim	13,15	86,85	38	26,31	73,69	38
Não	18,57	81,43	280	46,76	53,24	278
Histórico de detenção/processo						
Sim	35,71	64,29	56	46,30	53,70	54
Não	18,40	81,60	261	46,53	53,47	260
Fez outras vítimas						
Sim	26,56	73,44	128	56,69	43,31	127
Não	16,96	83,04	454	40,85	59,15	443
Nº de agressores envolvidos						
Múltiplo	34,17	65,83	79	42,67	57,33	75
Único	16,69	83,31	503	44,64	55,36	495

¹ Outros: casado /vivendo com parceiro (n=150); divorciado(a)/separado(a)/desquitado(a) (n=21), viúvo(a) (n=12);

² Ensino fundamental (n=249) não alfabetizado (n=16) e alfabetizado (n=42);

³ Ensino médio (n=90), ensino superior (n=12).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura consultada e os resultados dessa pesquisa sugerem que a violação sexual de crianças e adolescentes é um fenômeno social complexo e heterogêneo, onde o agressor apresenta características e motivações variadas, para concretização desse crime, marcado, na maioria das vezes, por uma relação desigual de poder e dominação, cujos fatores podem envolver o ciclo de vitimização – agressão, na transmissão geracional da violência.

É importante resaltar as limitações metodológicas evidenciadas no presente estudo, relacionadas principalmente ao viés de informação, uma vez que os dados foram obtidos através do relato da vítima que muitas vezes não tem capacidade para discernir o ato sexual ocorrido. Além disso, é possível que a memória de experiências traumática decorrente do abuso sexual sejam evocadas com maior ou menor facilidade por diferentes indivíduos. Outra limitação metodológica decorre da interpretação dificultada dos resultados encontrados pela presença de fatores de confundimento e do viés de prevalência, uma vez que só foram considerados os casos denunciados, selecionados de maneira não aleatória para o estudo, não sendo ainda possível conhecer a relação temporal entre causa e efeito.

Em decorrência do tempo para o desenvolvimento da pesquisa e das limitações metodológicas do estudo, não foi possível inferir os resultados encontrados para outras populações, bem como contemplar na tese todos os aspectos apresentados no modelo teórico, sendo esse utilizado apenas como recurso didático para sintetização dos resultados encontrados na literatura.

Vale ressaltar que as informações obtidas nas Delegacias de Polícia Civil e Especializadas do município constituem uma importante ferramenta para conhecimento do perfil de agressores sexuais de crianças e adolescentes e aprofundamento nas questões relacionadas ao fenômeno da violação. Esses subsídios podem contribuir no fortalecimento da Rede de Atendimento e Garantia de Direitos, quanto aos encaminhamentos, resolutividade e responsabilização, ampliando a proteção e direitos fundamentais, assegurados por lei à crianças e adolescentes, especialmente, em situações de vulnerabilidade.

Esta pesquisa contribui com o aprofundamento do conhecimento científico nesta área e fortalecimento dessa linha de pesquisa no NNEPA, assim como pode subsidiar Políticas e Ações Públicas locais e regionais de promoção, proteção e

intervenção pelos diversos setores (Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança), cuja abrangência contemple intervenção e medidas de tratamento para os agressores, principalmente na faixa infanto-juvenil, considerando a relevância de interrupção do ciclo de violação – agressão e transmissão geracional da violência.

Em virtude das evidências encontradas no estudo decorrente da análise bivariada entre características dos agressores e tipologia da vitimização e vítimas, propõem-se como desdobramentos futuros desta pesquisa outros artigos buscando analisar a associação entre idade do agressor, contexto da violação (intra e extrafamiliar) e gravidade do abuso (agressão física, penetração e intimidação), sexo e faixa etária da vítima.

REFERÊNCIAS

- ABRAPIA. Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência. **Abuso Sexual: mitos e realidade. Por quê?! Quem?! Como?! O quê.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Autores & Agentes & Associados, 2002.
- ADED, N. L. O. et al. Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 10 anos da literatura. **Rev. Psiquiatr Clín.** São Paulo, v. 33, n. 4, p. 204-13, 2006.
- ALMEIDA, T. M. C.; PENSO, M. A.; COSTA L. F. Abuso sexual infantil masculino: o gênero configura o sofrimento e o destino?. **Estilos da Clínica.** São Paulo, v. 14, n. 4, p. 46-67, 2009.
- ANDREWS, G. et al. Child Sexual Abuse. In: Ezzati M.; Lopez A. D.; Rodgers A.; Murray C. J. L. **Comparative Quantification of Health Risks.** Volume 2. Geneva: World Health Organization, 2004. p. 1851-940.
- ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo.** Maringá, v. 7, n. 2, p 3-11, 2002.
- ASSIS, S. G.; DESLANDES, S. F.; SANTOS, N. C. Violência na adolescência: Sementes e frutos de uma sociedade desigual. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros.** Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde, 2005. Cap.3 p.76-115.
- ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2002.
- AYLWIN, A. S. et al. Sexual Offense Severity and Victim Gender Preference. **International Journal of Law and Psychiatry,** v.23, n.2, p. 113-24, 2000.
- BALTIERI D. A. Transtorno de preferência sexual. In: ABDO, C. H. N. (Org). **Sexualidade humana e seus transtornos.** 2. ed. São Paulo: Lemos, 2000. p. 117-35.
- BORGES, J. L.; DELL'AGLIO, D. D. Abuso sexual infantil: indicadores de risco e conseqüências no desenvolvimento de Crianças. **Interamerican Journal of Psychology.** Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 528-36, 2008.
- BOROUGHES, D. S. Female sexual abusers of children. **Children and Youth Services Review,** v. 26, n. 5, p. 481-7, 2004.
- BOROWSKY, I. W.; HOGAN, M.; IRLANDA, M. Adolescent Sexual Aggression: Risk and Protective Factors. **Pediatrics,** v.100, n.6, p.1-8, 1997.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 41 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de assistência à saúde. Conselho Nacional de saúde. Programa Nacional de doenças sexualmente Transmissíveis/AIDS. **Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos**. Brasília: Ministério da Saúde, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância Sanitária. **Sistema de informações sobre mortalidade – SIM**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br>>. Acesso em: 01 nov. 2010.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher/DEAMs: Normas técnicas de padronização**. Brasília, 2006. 45 p.

CEDECA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia. **Guia Prático para atuação da Polícia Militar em Situações Envolvendo Crianças e Adolescentes**. Salvador: CEDECA-BA, 2002. 22 p.

CEDECA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. **Relatório Síntese da 1ª Conferência Internacional sobre Pornografia Infanto-Juvenil na Internet**. Salvador: CEDECA-BA, 2003. 52 p.

CICCHETTI D.; TOTH S. L. Child maltreatment. **Annual Review of Clinical Psychology**, v. 1, p. 409-38, 2005.

COHEN L. J. et al. Childhood sexual history of 20 male pedophiles vs. 24 male healthy control subjects. **J Nerv Ment Dis**. New York, v. 190, p. 757-66, 2002.

COHEN L. J. et al. Heterosexual male perpetrators of childhood sexual abuse: a preliminary neuropsychiatric model. **Psychiatr Q. Winter**, New York, v. 73, p 313-36, 2002.

CONCHA-EASTMAN A.; MALO M. Da repressão à prevenção da violência: desafio para a sociedade civil e para o setor saúde. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 11, p 1179-87, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo**. Brasília, 2009.

COSTA LF, PENSO M.A, Almeida TMC. Famílias com abuso sexual infantil: o dilema entre a mudança e a cristalização de influências transgeracionais. In CERVENY CMO. (Org.). **Família em Movimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

COSTA MCO. **Diga não à Violência Contra Crianças e Adolescentes no seu Município. Este desafio nós podemos enfrentar juntos!** Feira de Santana. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS; OIT, 2006.

DATASUS. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID-10**. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?Area=040203>. Acesso em: 15/11/2010.

DAVERSA, M. T.; KNIGHT, R. A. A Structural Examination of the Predictors of Sexual Coercion Against Children in Adolescent Sexual Offenders. **Criminal Justice and Behavior**, v.34, n.10, p.1313-33, 2007.

DESLANDES, S. F.; ASSIS, S. G.; SANTOS, N. C. Violência envolvendo crianças *no* Brasil: um plural estruturado e estruturante. In: **Impacto da violência na saúde dos brasileiros** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005, 340 p.

DOBKE, V. **Abuso sexual: a inquirição das crianças – uma abordagem interdisciplinar**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

DREZETT, J. Aspectos biopsicossociais da violência sexual. **J Rede saúde**, v.22, p. 9-12, 2000.

DUNSIETH, N. W. et al. Psychiatric and legal features of 113 men convicted of sexual offenses. **J Clin Psychiatry**, v.65, n.3, p.293-300, 2004

FALEIROS ETS. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no mercado do sexo... In LIBÓRIO RMC, SOUZA SMG. **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. 2ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

FALEIROS, E. T. S.; CAMPOS, J. O. **Repensando os conceitos de Violência, Abuso e Exploração sexual de crianças e de adolescentes**. Brasília: CECRIA, 2000. 66 p.

FELIPE, J. “Afiml, quem é mesmo pedófilo?”. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.26, p. 201-23, 2006.

FELSON, R. B.; LANE, K. J. Social learning, sexual and physical abuse, and adult crime. **Journal of Aggressive Behavior**, Pennsylvania, v.35, n.6, p. 489-501, 2009.

FERREIRA, A. L.; SCHRAMM, F. R. Implicações éticas da violência doméstica contra a criança para profissionais de saúde. **Rev. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 659-65, 2000.

FIGUEIREDO, K. et al. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante-Juvenil: uma política em movimento - Relatório do Monitoramento 2003-2004**. Brasília, 2007. 63 p.

FINKELHOR, D.; ORMROD, R. K.; CHAFFIN, M. Juveniles Who Commit Sex Offenses Against Minors. **Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention**. Washington; 2009.

FINKELHOR, D. **Child sexual abuse: New theory and research**. New York: Free Press, 1984. p. 171-87.

FINKELHOR, D.; HAMMER, H.; SEDLAK, A. J. **Sexually assaulted children: national estimates and characteristics**. Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, Washington, 2008.

FINKELHOR, D.; ORMROD, R. K.; TURNER, H. A. The Developmental Epidemiology of Childhood Victimization. **J Interpers Violenc**, USA, v. 24, n.5, p. 711-31, 2009.

FIRESTONE, P. et al. A Comparison of Incest Offenders Based on Victim Age. **J Am Acad Psychiatry Law**, v.33, n.2, p. 223-32, 2005.

FROMM, S. **Total Estimated Cost of Child Abuse and Neglect in the United States**. Prevent Child Abuse America. Chicago, 2001. 3 p.

Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF). **Profiting from Abuse: An investigation into the sexual exploitation of your children**. Nova Iorque, 2001. 39 p.

Fundo das Nações Unidas para Infância.(UNICEF). **Handbook on the Optional Protocol on the Sale of Children, Child Prostitution and Child Pornography**. Florencia; Fev. 2009. 61 p.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar**. Tradução de Maria Adriana Verissimo Veronesse. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GAGNON, M. M.; TOURIGNY, G. M.; LÉVESQUE, M. Enfants présentant des comportements sexuels problématiques: lignes directrices en matière d'évaluation et de traitement. **Revue québécoise de psychologie**, Canada, v. 29, n. 3, p 1-13, 2008.

GARCIA-MORENO, C. et al. **Multi-Country study on women's health and domestic violence against women**. Geneva: World Health Organization, 2005.

GOMES, M. L. M. et al. Perfil clínico-epidemiológico de crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de violência atendidas em um Serviço de Apoio à Mulher, Recife, Pernambuco. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant**, Recife, v. 6, Supl.1, p.27-34, 2006.

HABIGZANG, L. F. et al. Abuso sexual e dinâmica familiar : aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia : Teoria e Pesquisa**, Porto Alegre, v.21, n.3, p. 341-8, 2005.

HABIGZANG, L. F. et al. Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v.19, n.3, p.379-86, 2006.

HABIGZANG, L. F.; CAMINHA, R. M. **Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes – conceituação e intervenção clínica**. 2. ed. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, 2004.

HALL, R. C. W.; RICHARD, C. W. A Profile of Pedophilia: Definition, Characteristics of Offenders, Recidivism, Treatment Outcomes, and Forensic Issues. **Mayo Clin Proc**, v.82, n.4, p.457-71, 2007.

HARVEY, A.; GARCIA-MORENO, C.; BUTCHART, A. **Primary prevention of**

intimate-partner violence and sexual violence: Background paper for who expert meeting. World Health Organization, 2007. 38 p.

HÉBERT, M. et al. Prevalence of Childhood Sexual Abuse and Timing of Disclosure in a Representative Sample of Adults From Quebec. **Can J Psychiatry**, v. 54, n. 9, p. 631-36, 2009.

HOSMER DW, LEMESHOW S. **Applied Logistic Regression**. 2 Edition. New York: Wiley, 2000.

HOWITT, D. **Paedophiles and Sexual Offences against Children**. Loughborough University, UK, 1995. 289 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Contagem da população**. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 maio. 2010.

International Programme on the Elimination of Child Labour. **Child Labour in Fiji: A Survey of Working Children in Commercial Sexual Exploitation, On the Streets, in Rural Agricultural Communities, in Informal and Squatter Settlements and in Schools**. Suva: International Labour Office, 2010. 132 p.

JEWKES, R. et al. Rape of Girls in South Africa. **Lancet**, [South Africa], v. 359, n. 9303, p. 319–20, 2002.

KELLOGG, N. D. Child sexual abuse: a marker or magnifying glass for family dysfunction?. **The Social Science Journal**, USA, v. 39, p.569–582, 2002.

KELLOGG, N. M. D. The Evaluation of Sexual Abuse in Children. **Pediatrics**, USA, v. 116, n. 2, p.506-12, 2005.

KOCSIS, R. N.; COOKSEY, R.W.; IRWIN, H. J. Psychological Profiling of Offender Characteristics from Crime Behaviors in Serial Rape Offences. **Int J Offender Ther Comp Criminol**, Australia, v. 46, n. 2, p.144-69, 2002.

KOENIG, M. A. et al. Coerced First Intercourse and Reproductive Health Among Adolescent Women in Rakai, Uganda. **Int Fam Plan Perspe**,v.30, n.4, p.156–63, 2004.

KRUG, E. G. et al. **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

LAFORTUNE, D. et al. Recension des études empiriques québécoises s'intéressant aux adolescents auteurs d'agression sexuelle. **Revue de psychoéducation**, v. 33, n. 2, p. 449-72, 2004.

LANNING, K. V. **Child Molesters: a behavioral analysis – for law-enforcement officers investigating the sexual exploitation of children by acquaintance molesters**. 4^a ed. Federal Bureau of Investigation (FBI), 2001.

LEAL, M. L. L.; LEAL, M. F. P. (Orgs). PESTRAF - Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial: Relatório Nacional – Brasil. Brasília: CECRIA, 2003. 280 p.

LUNG, F.; HUANG, S. Psychosocial Characteristics of Criminals Committing Incest and Other Sex Offenses: A Survey in a Taiwanese Prison. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v.48, n.5, p. 554-60, 2004.

MARTINS, C. B. G.; MELO-JORGE, M. H. P. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do Sul do Brasil. **Texto Contexto Enferm**, v.19, n.2, p. 246-55. 2010.

MCGRATH, S. A.; NILSEN, A. A.; KERLEY, K. R. Sexual victimization in childhood and the propensity for juvenile delinquency and adult criminal behavior: A systematic review. **Aggression and Violent Behavior**, v.16, p. 485-92, 2011.

MINAYO, M. C. S. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da Saúde Pública. **Cien Saude Colet**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p.7-32, 1999.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e Saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **Hist, Cienc, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p.513-31, 1997.

O'BRIEN, M.; BERA, W. H. Adolescent sexual offenders: A descriptive typology. **Preventing Sexual Abuse: A Newsletter of the National Family Life Education Network**, v.1, p. 2-4. 1986.

OPAS. Organización Panamericana de la Salud. La violencia, un problema mundial de salud pública. In: Organización Panamericana de la Salud. **Informe mundial sobre la violencia y la salud**. Washington: OPAS, 2003. 1-23 p.

PENSO, M. A.; NEVES, V. L. Abuso sexual infantil e transgeracionalidade. In PENSO, M. A.; COSTA, L. F. **A transmissão geracional em diferentes contextos**. São Paulo: Summus, 2008. 181-198 p.

PENSO, M. A.; COSTA, L. F.; RIBEIRO, T. M. A. Abuso sexual intrafamiliar na perspectiva das relações conjugais e familiares. **Aletheia**, [Brasília], v.30, p.142-57, 2009.

PESCE, R. Violência familiar e comportamento agressivo e transgressor na infância: uma revisão da literatura. **Cien Saude Colet.**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.507-18, 2009.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **J. Pediatr.**, v. 81, n. 5, p.197-204, 2005.

PIMENTEL, A.; ARAUJO, L. S. Violência sexual intrafamiliar. **Rev. Para. Med.**, Belém, v.20, n.3, p.39-42, 2006.

PINHEIRO, P. **World report on violence against children**. Geneva: United Nations Secretary- General's Study on Violence against Children/OMS, 2006.

PIRES, A. L. D.; MIYAZAKI, M. C.O. S. Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. **Arq. Ciênc. Saúde**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 42-9, 2005.

POLICIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA. **Delegacia de Repressão ao Crime Contra a Criança e o Adolescente – DERCA**. Disponível em: <<http://www.policiacivil.ba.gov.br/derca.html>>. Acesso em: 20 out. 2010.

POORTINGA, E.; LEMMEN, C.; MAJESKE, K. A Comparison of Criminal Sexual Conduct Defendants Based on Victim Age. **Journal of Forensic Sciences**, v. 52, n.6, p. 1372–75, 2007.

R DEVELOPMENT CORE TEAM. R: **A language and environment for statistical computing**. Vienna: Foundation for statistical Computing, 2007. ISBN 3-900051-07-0. Disponível em: <<http://www.R-project.org>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

REIS, J. N.; MARTIN, C. C. S.; BUENO, S. M. V. Violência sexual, vulnerabilidade e doenças sexualmente transmissíveis. **DST - J Bras Doenças Sex Transm**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 40-5, 2001.

RIBEIRO, A. M.; FERRIANI, M. G. C.; REIS, J. N. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. **Cad Saúde Pública**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 456-64, 2004.

ROE-SEPOWITZ, D.; KRYSIK, J. Examining the Sexual Offenses of Female Juveniles: The Relevance of childhood Maltreatment. **America Journal of Orthopsychiatry**, v.78, n. 4, p. 405-12, 2008.

SANTOS, B. R.; RITA, I. **Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual**. São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2009. 149 p.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. **Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia / Art.4^a**. 2009. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/231244/lei-11471-09-bahia-ba>>. Acesso em: 20 out. 2010.

SERAFIM, A. P. et al. Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. **Rev. psiquiatr. Clín**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 101-11, 2009.

SHARMA, B. R.; GUPTA, M. Child abuse in Chandigarh, India, and its implications. **J Clin Forensic Med**, India, v. 11, n. 5, p. 248-56, 2004.

SPIZZIRRI, G.; MACHADO, A. C.; ABDO, C. H. N. Transtorno de Preferência sexual. **Diagnóstico & Tratamento**, [São Paulo], v. 11, n. 2, p. 116-8, 2006.

STATISTICAL PACKAGE FOR SOCIAL SCIENCES (SPSS). Base 10.0 for Windows. **User's Guide**. Chicago: I.L., SPSS, 1996.

TARDIF, M.; HÉBERT, M.; BÉLIVEAU, S. **La transmission intergénérationnelle de La violence chez les familles d'adolescents qui ont commis des agressions sexuelles**. L'agression sexuelle: coopérer au-delà des frontières, Cifas, 2005. 566 p.

TROCMÉ, N. et al. **Canadian Incidence Study of Reported Child Abuse and Neglect – 2003: Major Findings**. Minister of Public Works and Government Services Canada, 2005.

UNDERWOOD, L.A. et al. Sex offender care for adolescents in secure care: Critical factors and counseling strategies. **Clinical Psychology Review**, v.28, n.6, p. 917-32, 2008.

VANDIVER, D. M.; KERCHER, G. Offender victim characteristics of registered female sexual offenders in Texas: A proposed typology of female sexual offenders. **Sexual Abuse a Journal of Research and Treatment**, v. 16, n. 2, p. 121-37, 2004.

VANDIVER, D. M.; TESKE, R. Juvenile Female and Male Sex Offenders: A Comparison of Offender, Victim, and Judicial Processing Characteristics. **Int J Offender Ther Comp Criminol**, USA, v. 50, n. 2, p. 148-65, 2006.

VASCONCELOS, M. G. O. M.; FIGARO-GARCIA, C. Violência sexual infanto-juvenil: da Teoria à Prática do Centro de Referência e Atenção à Infância e Adolescência. In: LIBORIO, R. M. C.; SOUSA, S. M. G. (Org.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais**. 2ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2007. p. 201-34.

VIODRES INOUE, S.R.; RISTUM, M. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estud. Psicol**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 11-21, 2008.

WAGNER, M. B.; MOTTA, V. T.; DORNELLES, C. **SPSS - Passo a passo: Statistical package for the social sciences**. Caxias do Sul: Educs, 2004.

WATERS, H. et al. **The Economic Dimensions of Interpersonal Violence**. Geneva: World Health Organization, 2004. p. 70.

WIKIPEDIA. **Delegacias**. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/ Delegacia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Delegacia)>. Acesso em: 20 out. 2010.

WORLING, JR. Sexual Abuse Histories of Adolescent Male Sex Offenders: Differences on the Basis of the Age and Gender of Their Victims. **Journal of Abnormal Psychology**, v. 104, n. 4. p. 610-13, 1995

YOUNG, A. M. et al. Adolescent Peer-on-Peer Sexual Aggression: Characteristics of Aggressors of Alcohol and Non-Alcohol-Related Assault. **J Stud Alcohol Drugs**, v.70, n.5, p. 700–03, 2009

APENDICE A – Formulário de coleta de dados



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
DEPARTAMENTO DE SAÚDE - DSAU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA - PPGSC
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - NNEPA

Título do Projeto: *Agressores sexuais e vitimização de crianças e adolescentes em Feira de Santana-BA*

Orientadora: *Profª Dr. Maria Conceição O. Costa*

Mestranda: *Clarice Alves dos Santos*

Formulário de coleta de dados Delegacias

I – IDENTIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA/DENÚNCIA

1) Nº da Ocorrência na Instituição: _____ 2) Data da Ocorrência: ___/___/_____
Nº do inquérito: _____ Data do fato: ___/___/_____

3) Instituição onde foi realizada a ocorrência?

- ¹ () Delegacia de Polícia Civil ³ () DEAM ⁵ () Conselho Tutelar I
² () DERCA ⁴ () DAI ⁶ () Conselho Tutelar II

4) Quem efetuou a denúncia?

- ¹ () A própria vítima ⁷ () Vizinhos/pessoa da comunidade
² () Pai ⁸ () Anônimos/MP
³ () Mãe ⁹ () Outros familiares: _____
⁴ () Setor escola ¹⁰ () Instância da rede /Garantia de Direito
⁵ () Setor Policial ¹¹ () Outros: _____
⁶ () Setor Saúde

5) Formas de denúncia?

- ¹ () Telefone ³ () Pessoalmente ⁵ () Outras: _____
² () Ofício ⁴ () Flagrante delito

II - IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA / ADOLESCENTE VITIMIZADO

Iniciais do nome da vítima: _____

Iniciais do nome do Pai da vítima: _____

Iniciais do nome da mãe da vítima: _____

6) Idade: _____ 7) Data de Nascimento: ___/___/_____
8) Sexo: ¹() Masculino ²() Feminino ³() SR 9) Grupo Étnico: ¹() Negro ²() Branco ³() Pardo ⁴() SR

10) Estuda? ¹() Sim ²() Não ³() Não esta em idade escolar ⁴() SR

11) Serie: _____

12) Com quem a criança/adolescente mora?

- ¹ () Pai ⁵ () Tios (as) ⁹ () Desconhecidos
² () Mãe ⁶ () Madrinha/Padrinho ¹⁰ () SR
³ () Pai e mãe ⁷ () Vizinhos ¹¹ () Abrigo/Casa de
⁴ () Avós ⁸ () Parceiro/namorado(a) detenção/orfanato

13) Qual o tipo de violência sexual sofrida? ¹() Abuso sexual ²() Exploração sexual comercial

Se foi vítima de exploração, pule para a questão 18.

14) Se foi vítima de ABUSO SEXUAL, qual o contexto da ocorrência? ¹() Intra familiar ²() Extra familiar ³() SR ⁴() NSA

15) Se foi vítima de ABUSO SEXUAL, qual a forma de manifestação? ¹() Com contato físico ²() Sem contato físico ³() SR ⁴() NSA

Se houve contato físico, qual a forma?

16) Houve contato físico na forma de Tentativa de relação sexual? ¹() Sim ²() Não ³() SR ⁴() NSA

16.1 Houve contato físico na forma de Carícias aos órgãos genitais? ¹() Sim ²() Não ³() SR ⁴() NSA

16.2 Houve contato físico na forma de Penetração vaginal? ¹() Sim ²() Não ³() SR ⁴() NSA

16.3 Houve contato físico na forma de Sexo oral? ¹() Sim ²() Não ³() SR ⁴() NSA

16.4 Houve contato físico na forma de Penetração anal? ¹() Sim ²() Não ³() SR ⁴() NSA

16.5 Houve contato físico na forma de Masturbação? ¹() Sim ²() Não ³() SR ⁴() NSA

Se não houve contato físico, qual a forma?

17) Se não houve contato físico, qual a forma: Abuso sexual verbal? ¹() Sim ²() Não ³() SR ⁴() NSA

17.1) Se não houve contato físico, qual a forma: Voyeurismo? ¹() Sim ²() Não ³() SR ⁴() NSA

17.2) Se não houve contato físico, qual a forma: Assédio sexual? ¹() Sim ²() Não ³() SR ⁴() NSA

17.3) Se não houve contato físico, qual a forma: Telefonemas obscenos? ¹() Sim ²() Não ³() SR ⁴() NSA

17.4) Se não houve contato físico, qual a forma: Pornografia? ¹() Sim ²() Não ³() SR ⁴() NSA

18) Há evidências de que o abuso sexual é recorrente? ¹() Sim ²() Não

19) Sofreu também violência física? ¹() Sim ²() Não ³() SR

20) Se foi vítima de violência física qual a forma de manifestação? _____

21) Se foi vítima de EXPLORAÇÃO SEXUAL, qual a forma de manifestação?

¹() Pornografia ²() Prostituição ³() Turismo Sexual ⁴() Tráfico Sexual

22) Há presença de agenciador/aliciador? ¹() Sim ²() Não ³() SR

Quem? _____ idade? _____

23) Qual o local de ocorrência da violência?

¹() Casa/Ambiente doméstico

⁴() Escola

²() Rua/Locais abandonado/Matagal

⁵() Instituição de atendimento à criança e adolescente

³() Hotéis/ Motéis/ Pousadas/ Pensões

⁶() Outros: _____

24) Tipo de intimidação: Força Física? ¹() Sim ²() Não ³() SR ⁴() NSA

24.1) Tipo de intimidação: Ameaça/verbal? ¹() Sim ²() Não ³() SR ⁴() NSA

24.2) Tipo de intimidação: Arma Branca/arma de fogo? ¹() Sim ²() Não ³() SR ⁴() NSA

24.3) Tipo de intimidação: Sedução? ¹() Sim ²() Não ³() SR ⁴() NSA

34.4) Tipo de intimidação: Barganha? ¹() Sim ²() Não ³() SR ⁴() NSA

III - IDENTIFICAÇÃO DO AGRESSOR/PERPETUADOR

25) Qual a identidade do agressor/perpetuador em relação ao vínculo com a vítima?

¹() Pai

⁵() Tios (as)

⁹() Amigos/Colegas

²() Mãe

⁶() Avós

¹⁰() Vizinhos

³() Padrasto/Madrasta

⁷() Primo(a)

¹¹() Desconhecidos

⁴() Irmãos

⁸() Namorados

¹²() Outra: _____

26) Idade do agressor? _____

Iniciais do nome do agressor: _____

27) Sexo do agressor: ¹() Masculino ²() Feminino ³() SR

28) Raça/cor: ¹() Negro ²() Branco ³() Pardo ⁴() SR

29) Trabalha? ¹() Sim ²() Não ³() SR ⁴() Não se aplica

30) Qual a ocupação/profissão? _____

31) Grau de Instrução?

¹() Analfabeto

²() Alfabetizado

³() Fundamental incompleto

⁴() Fundamental Completo

⁵() Ensino médio Incompleto

⁶() Ensino médio Completo

⁷() Ensino Superior

⁸() SR

32) Situação Conjugal

¹() Solteiro(a)

²() Casado/vivendo com parceiro(a)

³() Separado/divorciado(a)

⁴() Viúvo(a)

⁵() SR

33) O agressor faz uso de entorpecente ou outra drogas psicoativa? ¹() Sim ²() Não ³() SR

Caso sim, qual: _____

34) Grau de consciência do agressor no momento da vitimização?

¹() Normal ²() alcoolizado ³() Drogado ⁴() SR

35) O agressor já foi detido ou processado? ¹() Sim ²() Não ³() SR

Caso sim, qual o motivo? _____

36) Há indícios de que a criança foi vitimizada por mais de um agressor? ¹() Sim ²() Não

37) Há evidencia de que o agressor fez outras vítimas? ¹() Sim ²() Não

IV - OUTRAS INFORMAÇÕES DA OCORRÊNCIA

38) houve encaminhamento do caso para outros setores/instituições?

¹() Juizado

²() IML-DPT

³() Sentinela

⁴() Ministério Público

⁵() Serviço de Saúde

⁶() Delegacias: _____

⁷() Conselho Tutelar: _____

⁸() CAPS

⁹() Abrigos

¹⁰() SR

¹¹() Outros: _____

39) Procedimento adotado pela instituição onde foi feita a ocorrência?

¹() Acompanhamento/investigação

²() Audiência

³() Sindicância

⁴() Notificação

⁵() Advertência

⁶() Outros: _____

40) Síntese da situação denunciada (número de envolvidos/motivo da denúncia / queixas principais/encaminhamentos):

41) Houve prisão? ¹() Sim ²() Não ³() SR

42) Foi feito Laudo? ¹() Sim ²() Não ³() Em andamento ⁴() SR

43) Houve confirmação do caso? ¹() Sim ²() Não ³() Improcedente ⁴() SR

Tipologia atribuída ao caso? _____

Artigo CPB: _____

Art. ECA: _____

Feira de Santana, BA _____ de _____ de 2011.

 Assinatura de quem realizou a coleta dos dados

APENDICE B – Pedido de autorização para coleta de dados



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
DEPARTAMENTO DE SAÚDE - DSAU
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - NNEPA



Ilmo. Dr. Bel. Fábio Lordello

Coordenador da Polícia Civil em Feira de Santana – BA.

Na condição de coordenadora do “Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência/NNEPA”, eu, Prof^a. Dr^a. Maria Conceição Oliveira Costa, Professora Titular do Departamento de Saúde da Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS, venho solicitar de Vossa Senhoria autorização para ter acesso aos **Boletins de Ocorrência, Termo Circunstanciado e Relatórios dos Inquéritos Policiais** efetuados pela Delegacia de Polícia Civil, Delegacia Especializada de atendimento à Mulher – DEAM, Delegacia de Repressão ao Crime Contra a Criança e o Adolescente – DERCA e Delegacia do Adolescente Infrator- DAÍ, no período de 01 de Janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2010, com o objetivo específico de coleta de dados relacionados aos agressores e vítimas de violência sexual, para a pesquisa intitulada “Agressores sexuais e vitimização de crianças e adolescentes em Feira de Santana, Bahia” do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Esta pesquisa tem como objetivo caracterizar os agressores, responsáveis pela vitimização sexual de crianças e adolescentes em Feira de Santana, BA, Brasil, segundo informações dos registros das Delegacias de Polícia Civil, de Repressão ao Crime Contra a Criança e o Adolescente – DERCA, Delegacia do Adolescente Infrator- DAÍ, Delegacia Especializada de atendimento à Mulher – DEAM, Conselhos Tutelares I e II e Centro de Referência Sentinela / CREAS.

Informo que será assegurado o completo sigilo e anonimato das informações, quanto à identidade dos sujeitos, cujos resultados da pesquisa serão expressos em números, proporções e índices, não deixando nenhuma possibilidade na identificação dos indivíduos. E comprometo-me a enviar relatório detalhado com todos os resultados da pesquisa para a Coordenação desta Polícia em Feira de Santana.

Feira de Santana, 17/05/11.

Prof^a Dra. Maria Conceição O. Costa
Pedagogia e Adolescência
CREMEB 12137

Prof^a Dr^a Maria Conceição Oliveira Costa
Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência – NNEPA/UEFS
Coordenadora da Pesquisa

Telefone: (75) 32248135/ Fax: 32248135 / E-mail: costamco@hotmail.com

Home page: <http://www.uefs.br/nepa>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
DEPARTAMENTO DE SAÚDE - DSAU
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - NNEPA



Ilmo Sr. Danilo Araújo Pinto
 Coordenador do Conselho Tutelar I

Prezado Senhor,

Na condição de coordenadora do “Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência/NNEPA”, eu, Prof^ª. Dr^ª. Maria Conceição Oliveira Costa, Professora Titular do Departamento de Saúde da Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS, venho solicitar autorização para ter acesso as Notificações/Fichas de Ocorrências efetuadas pelo Conselho Tutelar I, no período de 2005 a 2010, com o objetivo específico de coleta de dados relacionados aos agressores e vítimas de violência sexual, para as pesquisas intituladas: “Agressores sexuais e vitimização de crianças e adolescentes em Feira de Santana, Bahia” e “Características epidemiológicas da violência infanto-juvenil em município do Nordeste do Brasil.

Estas pesquisas fazem parte das Dissertações de Mestrado de Clarice Alves dos Santos e Heloisa Lima de Souza, mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana e estão sendo desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência – NNEPA, ao qual tem desempenhado desde o ano de 2003 um trabalho voltado a área da violência infanto-juvenil, agregando diferentes setores como Universidade, Saúde, Segurança Pública e a rede de proteção à criança e ao adolescente, no intuito de conhecer a realidade e fortalecer as medidas e ações de prevenção e enfrentamento a violência perpetrada contra crianças e adolescentes em suas diferentes formas de manifestação. Os estudos realizados pelo NNEPA têm como objetiva compreender as características da violência infanto-juvenil no município de Feira de Santana, oferecendo indicadores que subsidiem à criação e fortalecimento de políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes, bem como, ações de extensão como cursos de aperfeiçoamento e capacitação de Conselheiros e participação em eventos conjuntos.

Asseguro que será mantido o completo sigilo e anonimato das informações, quanto à identidade dos sujeitos, cujos resultados da pesquisa serão expressos em números, proporções e índices, não deixando nenhuma possibilidade na identificação dos indivíduos. Assim, na espera de poder contar com a vossa colaboração, comprometo-me a não interferir na rotina das atividades desenvolvidas pelos profissionais participantes e assumo a responsabilidade de enviar relatório detalhado com todos os resultados da pesquisa a esta instituição para que possa subsidiar o planejamento de ações voltadas ao fortalecimento da Rede de Atendimento e Defesa à criança e adolescentes no município e região.

Feira de Santana, ---/---/---.

Prof^ª Dr^ª Maria Conceição Oliveira Costa
 Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência – NNEPA/UEFS
 Coordenadora da Pesquisa
 Telefone: (75) 32248135/ Fax: 32248135 / E-mail: costamco@hotmail.com
 Home page: <http://www.uefs.br/nepa>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
DEPARTAMENTO DE SAÚDE - DSAU
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - NNEPA



Ilma. Sra. Katiane Caldas
 Coordenadora do Conselho Tutelar II

Prezada Senhora,

Na condição de coordenadora do “Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência/NNEPA”, eu, Prof^ª. Dr^ª. Maria Conceição Oliveira Costa, Professora Titular do Departamento de Saúde da Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS, venho solicitar autorização para ter acesso as Notificações/Fichas de Ocorrências efetuadas pelo Conselho Tutelar I, no período de 2005 a 2010, com o objetivo específico de coleta de dados relacionados aos agressores e vítimas de violência sexual, para as pesquisas intituladas: “Agressores sexuais e vitimização de crianças e adolescentes em Feira de Santana, Bahia” e “Características epidemiológicas da violência infanto-juvenil em município do Nordeste do Brasil.

Estas pesquisas fazem parte das Dissertações de Mestrado de Clarice Alves dos Santos e Heloisa Lima de Souza, mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana e estão sendo desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência – NNEPA, ao qual tem desempenhado desde o ano de 2003 um trabalho voltado a área da violência infanto-juvenil, agregando diferentes setores como Universidade, Saúde, Segurança Pública e a rede de proteção à criança e ao adolescente, no intuito de conhecer a realidade e fortalecer as medidas e ações de prevenção e enfrentamento a violência perpetrada contra crianças e adolescentes em suas diferentes formas de manifestação. Os estudos realizados pelo NNEPA têm como objetiva compreender as características da violência infanto-juvenil no município de Feira de Santana, oferecendo indicadores que subsidiem à criação e fortalecimento de políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes, bem como, ações de extensão como cursos de aperfeiçoamento e capacitação de Conselheiros e participação em eventos conjuntos.

Asseguro que será mantido o completo sigilo e anonimato das informações, quanto à identidade dos sujeitos, cujos resultados da pesquisa serão expressos em números, proporções e índices, não deixando nenhuma possibilidade na identificação dos indivíduos. Assim, na espera de poder contar com a vossa colaboração, comprometo-me a não interferir na rotina das atividades desenvolvidas pelos profissionais participantes e assumo a responsabilidade de enviar relatório detalhado com todos os resultados da pesquisa a esta instituição para que possa subsidiar o planejamento de ações voltadas ao fortalecimento da Rede de Atendimento e Defesa à criança e adolescentes no município e região.

Feira de Santana, ---/---/---.

Prof^ª Dr^ª Maria Conceição Oliveira Costa
 Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência – NNEPA/UEFS
 Coordenadora da Pesquisa
 Telefone: (75) 32248135/ Fax: 32248135 / E-mail: costamco@hotmail.com
 Home page: <http://www.uefs.br/nepa>

APÊNDICE D – Orçamento da pesquisa

Equipamentos e Material Permanente			
Especificação	Qtd	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Notebook Presario CQ40-712BR	01	1571,00	1571,00
Estabilizador	01	51,28	51,28
Impressora HP Deskjet 1300	01	198,00	198,00
Pen drive	02	36,50	73,00
Subtotal			1893,28

Material de Consumo			
Especificação	Qtd	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Pranchetas de acrílico	04	8,15	32,60
Resma de papel ofício/500 folhas	10	17,00	170,00
Caneta esferográfica	50	0,70	35,00
Lápis	06	0,40	2,40
Pasta aba plástica com elástico	03	4,20	12,60
Pastas registradora para documentos com Spiral e visor de identificação, tamanho A4, preta	20	10,50	210,00
Pasta com elástico.polip. 245x335x40 transparente a40 Plascony	30	2,03	60,90
Caixa de Clipes	04	1,50	6,00
Grampeador	01	8,00	8,00
Fita adesiva	04	5,50	22,00
Piloto	05	2,40	7,40
Subtotal			566,90

Serviços terceirizados			
Especificação	Qtd	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Serviço de transporte de taxi (para deslocamento coleta de dados)	80	15,00	1200,00
Serviços gráficos (encadernação/cópias de matérias)	-	-	300,00
Serviço de tradução	40	45,00	1800,00
Subtotal			3300,00

Resumo do Orçamento	
Especificação	Valor (R\$)
Equipamentos e Material Permanente	1893,28
Material de Consumo	566,90
Outros Serviços e Encargos	3300,00
TOTAL	5760,18

APÊNDICE E – Tabelas com outros resultados

Tabela 1 – Características sociodemográficas e comportamental dos agressores sexuais de crianças e adolescentes em Feira de Santana –BA, 2005-2010.

Variável	Frequências	
	n	%
Sexo (N=613)		
Masculino	601	98,0
Feminino	12	2,0
Idade (N=441)		
≤19	135	29,0
20-24	67	14,4
25-49	194	41,2
50-69	56	12,0
≥70	13	2,8
Raça/cor (N=285)		
Branco	21	68,4
Pardo	195	7,4
Negro	69	24,2
Situação conjugal (N=473)		
Solteiro(a)	290	61,3
Casado(a) / União estável	150	31,7
Divorciado(a) / separado(a) / desquitado(a)	21	4,4
Viúvo(a)	12	2,5
Grau de instrução (N=409)		
Analfabeto	16	3,9
Alfabetizado	42	10,3
Ensino fundamental incompleto	205	50,1
Ensino fundamental completo	44	10,8
Ensino médio incompleto	31	7,6
Ensino médio completo	59	14,4
Ensino superior	12	2,9
Trabalha (N=304)		
Sim	264	86,8
Não	40	13,2
Usa substâncias psicoativa (N=340)		
Sim	44	12,9
Não	296	87,1
Histórico de detenção/processo (N=337)		
Sim	59	17,5
Não	278	82,5

Tabela 2 – Distribuição dos casos de violência sexual de crianças e adolescentes segundo vínculo vítima / agressor, tipo de intimidação, síndrome da adição e número de agressores envolvidos.

Variável	Frequências	
	n	%
Vínculo (N=618)		
Pai	47	7,6
Padrasto /madrasta	49	7,9
Irmãos	10	1,6
Tio(a)	24	3,9
Avós	6	1,0
Primo(a)	25	4,0
Namorado	62	10,0
Amigo/colega	70	11,3
Vizinhas /pessoas da comunidade	224	36,2
Desconhecidos	89	14,4
Outros	12	1,9
Tipo de intimidação*(N=546)		
Força física	233	42,7
Ameaça verbal	139	25,5
Arma branca/arma de fogo	30	5,5
Sedução	198	36,3
Barganha	74	13,6
Houve outras vítimas (N=618)		
Sim	154	24,9
Não	464	75,1
Número de agressores envolvidos (N=618)		
1	503	86,3
2	50	8,6
3	20	3,4
≥4	10	1,7

Tabela 3 – Características sociodemográficas de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em Feira de Santana –BA, 2005-2010

Variável	Frequências	
	n	%
Sexo (N=618)		
Masculino	116	18,8
Feminino	502	81,2
Idade (N=607)		
≤ 1	9	1,5
2-5	60	9,9
6-9	107	17,6
10-14	274	45,1
15-19	157	25,9
Raça/cor (N=423)		
Branco	31	7,3
Pardo	320	75,7
Negro	72	17,0
Estuda (N=498)		
Sim	446	89,6
Não	31	6,2
Não está em idade escolar	21	4,2
Grau de instrução (N=438)		
Analfabeto/séries iniciais	31	7,1
Alfabetizado	67	15,3
Ensino fundamental incompleto	282	64,4
Ensino fundamental completo	22	5,0
Ensino médio incompleto	30	6,8
Ensino médio completo	5	1,1
Ensino superior	1	0,2
Coabitação(N=576)		
Pai	31	5,4
Mãe	368	63,9
Pai e mãe	113	19,6
Avós	25	4,3
Tios(as)	15	2,6
Parceiro/namorado	1	0,2
Abrigo/casa de detenção	12	1,9
Desconhecidos	11	1,8

Tabela 4 – Distribuição das ocorrências de violência sexual contra crianças e adolescentes segundo tipo de violência, local de ocorrência, denunciante, forma de denúncia e tempo entre o ocorrido e a revelação. Feira de Santana –BA, 2005-2010

Variável	Frequências	
	n	%
Tipo de violência (N=618)		
Abuso sexual	582	94,2
Exploração sexual comercial	36	5,8
Local de ocorrência (N=618)		
Casa/ ambiente doméstico	377	61,0
Rua/locais abandonados/matagal	167	27,0
Hotéis /motéis/pousadas/pensões	27	4,4
Escola	13	2,1
Instituição de atendimento à criança e adolescente	20	3,2
Outros	14	2,3
Denunciante/Responsável (N=618)		
A própria vítima	24	3,9
Pai	66	10,7
Mãe	326	52,8
Outros familiares	54	8,7
Vizinho/pessoa da comunidade	18	2,9
Setor Saúde	1	0,2
Setor Escola	2	0,3
Setor Policia	47	7,6
Instância da Rede/Garantia de Direitos	46	7,4
Anônimo/Ministério Público – Disque 100	30	4,9
Outros	4	0,6
Formas de denúncia (N=618)		
Pessoalmente	542	87,7
Ofício	30	4,9
Telefone	20	3,2
Flagrante delito	26	4,2
Tempo entre o ocorrido e a revelação (N=560)		
Menos de 1 ano	534	95,4
1 a 2 anos	21	3,8
3 ou mais anos	5	0,9

Tabela 5 – Características das ocorrências segundo tipologia da violação, reincidência e agressão física. Feira de Santana –BA, 2005-2010

Variável	Frequências	
	n	%
Contexto do abuso (N=582)		
Intrafamiliar	161	27,7
Extrafamiliar	421	72,3
Manifestação do abuso(N=582)		
Com contato físico	514	88,3
Sem contato físico	68	11,7
Forma de manifestação com contato* (504)		
Tentativa de relação sexual	83	16,5
Beijos/Caricias nos órgãos genitais	114	22,6
Penetração vaginal	246	48,8
Penetração anal	77	15,3
Sexo oral	58	11,5
Masturbação	32	6,3
Forma de manifestação sem contato* (N=68)		
Abuso sexual verbal	13	19,1
Exibicionismo	48	70,6
Voyeurismo	2	2,9
Assedio sexual	13	19,1
Telefone obsceno	2	2,9
Pornografia	6	8,8
Reincidência do abuso sexual (N=582)		
Sim	243	41,8
Não	339	58,2
Sofreu agressão física (N=546)		
Sim	234	42,9
Não	312	57,1

*Múltipla escolha

Tabela 6 – Sexo e faixa etária de crianças e adolescentes vitimizadas sexualmente segundo característica do agressor. Delegacia de Polícia Civil e Especializadas, Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Polícia do Interior (DEPIN)/1ª Coordenadoria de Polícia do Interior (1ªCOORPIN)/ Feira de Santana-BA, 2005 -2010.

Características do agressor		Sexo da vítima					Idade da vítima				
		Sexo e idade da vítima	n	(%)	RP	IC(95%)	p	n	(%)	RP	IC(95%)
Sexo											
Masculino		573	19,0	0,85	0,24 – 2,94	0,808	561	43,6	0,49	0,38 – 0,63	0,007
Feminino		9	22,2				9	88,8			
Idade											
≤18		128	39,8	11,64	2,93 – 46,2	0,000	124	65,0	1,34	1,00 – 1,81	0,000
19-24		76	3,9	1,14	0,19 – 6,62		76	17,1	0,35	0,20 – 0,62	
25-49		179	16,2	4,69	1,15 – 19,00		177	43,5	0,90	0,65 -1,25	
≥50*		58	3,4				58	48,2			
Raça/cor											
Pardo		188	25,5	1,15	0,72 – 1,84	0,539	185	48,6	0,93	0,72 – 1,21	0,633
Outros ¹		86	22,1				83	51,8			
Situação conjugal											
Solteiro(a)		279	24,7	2,62	1,57 – 4,37	0,000	272	48,5	1,16	0,93 – 1,44	0,165
Outros ²		170	9,4				170	41,7			
Grau de instrução											
Ensino fundamental ³		295	21,3	1,35	0,80 – 2,30	0,245	291	48,1	1,22	0,92-1,62	0,146
Ensino médio ⁴		89	15,7				89	39,3			
Trabalha											
Sim		246	11,7	1,49	0,47 – 4,66	0,480	246	41,8	1,06	0,69 – 1,61	0,780
Não		38	7,8				38	39,4			
Usa substâncias psicoativa											
Sim		38	13,1	0,70	0,30 – 1,66	0,414	38	26,3	0,56	0,32 – 0,97	0,017
Não		280	18,5				278	46,7			
Histórico de detenção/processo											
Sim		56	35,7	1,94	1,25 – 2,99	0,004	54	46,2	0,99	0,72 – 1,36	0,974
Não		261	18,4				260	46,7			
Houve outras vítimas (Síndrome da Adição)											

Sim	128	26,5	1,56	1,10 – 2,22	0,015	127	56,6	1,38	0,72 – 1,36	0,002
Não	454	16,9				443	40,8			
Número de agressores envolvidos										
Múltiplo	79	34,1	2,04	1,42 – 2,94	0,000	75	42,6	0,95	0,72 – 1,26	0,748
Único	503	16,6				495	44,6			
Vínculo com a vítima										
Outros familiares ⁴	65	30,7	3,69	1,73 – 7,87	0,006	63	68,2	1,72	1,27 – 2,32	0,000
Vizinhos/pessoas da comunidade ⁵	225	21,7	2,61	1,28 – 4,68		221	57,4	1,45	1,10 – 1,90	
Amigos/colegas/namorados	126	18,2	2,19	1,02 – 4,68		123	25,2	0,63	0,43 – 0,94	
Desconhecidos	70	15,7	1,88	0,80 – 4,44		67	20,8	0,52	0,31 – 0,89	
Pai/Padrasto ^{6*}	96	8,3				96				

¹Branco(n=21) e negro(n=69); ²Outros: Divorciado(a)/separado(a)/desquitado(a) (n=21), viúvo(a)(n=12); ³Ensino Fundamental(n=249) Não alfabetizado(n=16) e alfabetizado(n=42); ⁴Ensino médio(n=90), Ensino Superior(n=12); ⁵Outros familiares: irmãos(n=10), tios(n=24), avós(n=6), primo(n=25); ⁶Conhecidos: porteiro da escola(n=2), cuidador/orientador da instituição(n=2), caseiro da casa(n=1), namorado/companheiro da avó(n=4), padrinho(n=1), cunhado(n=1), filho da madrasta(n=1), gari(n=2); Pai (n=47) e padrasto (n=49).

Sim	25,1	0,78	0,57 – 1,05	0,158	54,3	0,78	0,67 – 0,90	0,001	10,2	0,64	0,41 – 1,00	0,050
Não*	32,1				69,5				15,9			
Sofreu agressão física												
Sim	39,5	1,77	1,31 – 2,39	0,000	70,5	1,24	1,08 – 1,40	0,003	24,3	4,75	2,80 – 8,05	0,000
Não*	22,2				56,4				5,1			
Tipo de intimidação*												
Força física	37,7	2,02	1,40 – 2,85	0,000	71,6	1,29	1,10 – 1,52	0,009	18,7	3,89	2,04 – 7,42	0,000
Ameaça verbal/ Arma branca/arma de fogo	31,0	1,64	1,11 – 2,42		60,4	1,09	0,90 – 1,32		19,4	4,03	2,08 – 7,81	
Sedução*	18,8				55,1				4,8			
Número de agressores envolvidos												
Múltiplo	64,9	2,73	2,10 – 3,56	0,000	94,7	1,65	1,48 – 1,83	0,000	-	-	-	-
Único*	23,5				57,3							

-- Célula com 0%; – não se aplica; * Categoria de referencia;

¹Ambiente social inclui: rua/locais abandonado/matagal(n=167), hotéis/motéis/pousada/pensões(n=27), escola(n=13) instituição de atendimento à criança (n=20) e outros(n=14); ²Pai(n=66), Mãe(n=326); ³Outros: Vizinhos/pessoas da comunidade(n=18), Anônimos(n=32), Outros familiares(n=54); ⁴Instância da rede de garantia de direito(n=46), Setor policia (n=47), Setor escola(n=2), Setor Saúde(n=1); ⁵Outros: ofício(n=30), telefone(n=20), flagrante delito(n=26); ⁶Com contato inclui: penetração genital e oral; ⁷Sem contato inclui: tentativa de relação sexual, beijos e caricias nos órgãos genitais e masturbação; ⁸Outros inclui: abuso sexual verbal, assedio sexual, telefones obscenos, pornografia.

Tabela 8 - Característica do abuso sexual de crianças e adolescentes segundo características dos agressores. Delegacias de Polícia Civil e Especializadas, Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Polícia do Interior (DEPIN)/1ª Coordenadoria de Polícia do Interior (1ªCOORPIN)/ Feira de Santana-BA, 2005 -2010.

Características do agressor	Característica do abuso	Contexto do abuso intrafamiliar /extrafamiliar*			Manifestação do abuso com penetração/sem penetração*			Reincidência Sim/Não*			Agressão Física Sim/Não*		
		n	%	p	n	%	p	n	%	p	n	%	p
Sexo													
	Masculino	159	27,7	0,713	333	67,1	0,078	238	41,5	0,397	231	43,0	0,560
	Feminino	2	22,2		3	37,5		5	55,5		3	33,3	
Idade													
	≤18	22	17,3	,000	87	71,9	,000	48	37,7	0,255	66	55,0	,000
	19-24	15	19,7		57	80,2		37	48,6		24	33,3	
	25-49	75	41,8		88	59,4		79	44,1		64	38,7	
	≥50	14	24,1		18	40,0		30	51,7		13	23,2	
Raça/cor													
	Pardo	44	23,4	0,811	106	62,2	0,869	78	41,4	0,111	72	41,1	0,020
	Outros ¹	19	22,0		48	64,0		27	31,3		47	56,6	
Situação conjugal													
	Solteiro(a)	53	18,9	,000	187	71,6	,003	119	42,6	,001	122	46,5	,003
	Outros ²	93	54,7		83	57,2		100	58,8		51	32,0	
Grau de instrução													
	Ensino fundamental ³	83	28,1	0,204	175	66,7	0,402	132	44,7	0,685	128	46,5	,000
	Ensino médio ⁴	19	21,3		50	61,7		42	47,1		20	22,7	
Trabalha													
	Sim	79	32,1	0,087	134	62,3	0,253	122	49,5	0,798	84	36,5	0,036
	Não	7	18,4		16	51,6		18	47,3		7	18,9	
Usa substâncias psicoativa													
	Sim	15	39,4	0,127	21	67,7	0,848	18	47,3	0,913	21	58,3	0,026
	Não	77	27,5		171	66,0		130	46,4		103	38,8	
Histórico de detenção/processo													
	Sim	14	25,0	0,736	35	67,3	0,960	17	30,3	0,013	27	51,9	0,155

Não	71	27,2		158	66,9		127	48,6		103	41,2	
Outras vitimizações												
Sim	39	30,4	0,422	56	60,2	0,144	67	52,3	,006	40	33,6	0,021
Não	122	26,8		280	68,1		176	38,7		194	45,4	
Número de agressores envolvidos												
1	157	31,2	,000	279	64,7	0,025	218	43,3	0,050	177	37,4	,000
≥2	4	5,0		57	78,0		25	31,6		57	78,0	

¹Branco(n=21) e negro(n=69); ²Outros: Divorciado(a)/separado(a)/desquitado(a) (n=21), viúvo(a)(n=12); ³Ensino Fundamental(n=249), Não alfabetizado(n=16) e alfabetizado(n=42); ⁴Ensino médio(n=90), Ensino Superior(n=12).

Tabela 8.1 - Característica do abuso sexual de crianças e adolescentes segundo características dos agressores. Delegacias de Polícia Civil e Especializadas, Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Polícia do Interior (DEPIN)/1ª Coordenadoria de Polícia do Interior (1ªCOORPIN)/Feira de Santana-BA, 2005 -2010

Características do agressor	Contexto do abuso intrafamiliar /extrafamiliar*				Manifestação do abuso com penetração/sem penetração*				Reincidência (Sim/Não*)				Agressão Física (Sim / Não*)				
	Característica do abuso	P(%)	RP	IC(95%)	p	P(%)	RP	IC(95%)	p	P(%)	RP	IC(95%)	p	P(%)	RP	IC(95%)	p
Sexo																	
Masculino	27,7	1,24	0,36 – 4,26	0,71	67,1	1,79	0,73 – 4,38	0,078	41,5	0,74	0,41 – 1,35	0,39	43,0	1,29	0,51 – 3,26	0,56	
Feminino	22,2	-	-	-	37,5	-	-	-	55,5	-	-	-	33,3	-	-	-	
Idade																	
≤18	17,3	0,71	0,39 - 1,29	,000	71,9	1,79	1,23 – 2,61	,000	37,7	0,73	0,52 – 1,02	0,07	55,0	2,36	1,43 – 3,9	,000	
19-24	19,7	0,81	0,43 – 1,55	-	80,2	2,00	1,37 – 2,92	-	48,6	0,94	0,67 – 1,32	-	33,3	1,43	0,80 – 2,55	-	
25-49	41,8	1,73	1,06 – 2,82	-	59,4	1,48	1,01 – 2,17	-	44,1	0,85	0,63 – 1,15	-	38,7	1,67	1,00 – 2,79	-	
≥50*	24,1	-	-	-	40,0	-	-	-	51,7	-	-	-	23,2	-	-	-	
Raça/cor																	
Pardo	23,4	1,05	0,66 – 1,70	0,81	62,2	0,98	0,79 – 1,20	0,869	41,4	1,32	0,92 – 1,88	0,11	41,1	0,72	0,56 – 0,94	0,02	
Outros ¹	22,0	-	-	-	64,0	-	-	-	31,3	-	-	-	56,6	-	-	-	
Situação conjugal																	
Solteiro(a)	18,9	0,34	0,26 – 0,45	,000	71,6	1,25	1,06 – 1,46	,003	42,6	0,72	0,60 – 0,87	,001	46,5	1,45	1,11 – 1,88	,003	
Outros ²	54,7	-	-	-	57,2	-	-	-	58,8	-	-	-	32,0	-	-	-	
Grau de instrução																	
Ensino fundamental ³	28,1	1,31	0,85 – 2,04	0,2	66,7	1,08	0,89 – 1,31	0,402	44,7	0,94	0,73 – 1,22	0,68	46,5	2,04	1,36 – 3,07	,000	
Ensino médio ⁴	21,3	-	-	-	61,7	-	-	-	47,1	-	-	-	22,7	-	-	-	
Trabalha																	
Sim	32,1	1,74	0,87 – 3,48	0,08	62,3	1,20	0,84 – 1,72	0,253	49,5	1,04	0,73 – 1,49	0,79	36,5	1,93	0,97 – 3,84	0,03	
Não	18,4	-	-	-	51,6	-	-	-	47,3	-	-	-	18,9	-	-	-	
Usa substâncias psicoativa																	
Sim	39,4	1,43	0,92 – 2,22	0,08	67,7	1,02	0,79 – 1,32	0,848	47,3	1,02	0,71 – 1,45	0,91	58,3	1,50	1,09 – 2,05	0,02	
Não	27,5	-	-	-	66,0	-	-	-	46,4	-	-	-	38,8	-	-	-	

**Histórico de
detenção/processo**

Sim	25,0	0,91	0,56 – 1,50	0,73	67,3	1,00	0,81 -1,24	0,960	30,3	0,62	0,41 – 0,94	0,01	51,9	1,26	0,93 – 1,70	0,15
Não	27,2	-	-	-	66,9	-	-	-	48,6	-	-	-	41,2	-	-	-

**Houve outras
vítimas (Síndrome
da Adição)**

Sim	30,4	1,13	0,83 – 1,53	0,42	60,2	0,88	0,74 – 1,05	0,144	52,3	1,35	1,10 – 1,65	,006	33,6	0,74	0,56 – 0,97	0,02
Não	26,8	-	-	-	68,1	-	-	-	38,7	-	-	-	45,4	-	-	-

**Número de
agressores
envolvidos**

1	31,2	6,12	2,35 – 16,15	,000	64,7	0,82	0,72 – 0,95	0,02	43,3	1,37	0,97 – 1,92	0,05	37,4	0,47	0,40 – 0,56	0,000
≥2	5,0	-	-	-	78,0	-	-	-	31,6	-	-	-	78,0	-	-	-

¹Branco(n=21) e negro(n=69); ²Outros: Divorciado(a)/separado(a)/desquitado(a) (n=21), viúvo(a)(n=12); ³Ensino Fundamental(n=249) Não alfabetizado(n=16) e alfabetizado(n=42); ⁴Ensino médio(n=90), Ensino Superior(n=12).

ANEXO A – Autorizações das Instâncias para coleta de dados.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DA BAHIA
1ª COORDENADORIA DE POLÍCIA DO INTERIOR
FEIRA DE SANTANA-BA

Ofício nº 1058 /2011
Em, 18 de maio de 2011

DOC: 0505110243345
DATA: 24/05/2011

HORA :

ASS: *Faix*

5.667

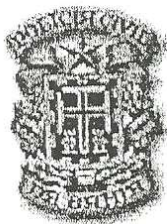
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DO INTERIOR-DEPIN
Bel. Edenir de Macedo Cerqueira
M.D. Diretor

Senhor Diretor,

Através do presente, encaminho a Vossa Excelência, conhecimento expediente oriundo do Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância Adolescência-NNEPA, contendo em anexo despacho deste subscritor.

Respeitosamente,

Fábio Daniel Lordello Vasconcelos
Delegado de Polícia/Coordenador

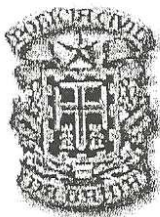


GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DO INTERIOR
1ª COORPIN/FEIRA DE SANTANA

Determino ao cartório regional que encaminhe o presente expediente ao DEPIN para análise e deliberação.

Feira de Santana, 18 de maio de 2011.


Fábio Daniel Lordello Vasconcelos
Delegado de Polícia/Coordenador



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DO INTERIOR
1ª COORPIN/FEIRA DE SANTANA

DESPACHO

R.H.

Trata-se de expediente oriundo da Universidade Estadual de Feira de Santana, através do Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência, solicitando autorização para realizar pesquisa em nossos arquivos sobre violência sexual perpetrada contra crianças e adolescentes.

Analisando o conteúdo do projeto vê-se que o objetivo primordial é traçar o perfil dos agressores sexuais em Feira de Santana, obedecendo critérios científicos inerentes à análise acadêmica do fato delituoso.

O que almeja o núcleo de estudo acima referido é uma autorização deste gestor para poder acessar o nosso banco de dados relacionados com as ocorrências lavradas nas Unidades Policiais integrantes desta Coorpin, principalmente, DAÍ/DEAM, relativas a abusado/violência sexual, assim como procedimentos lavrados.

Ressalte-se ainda que o trabalho acadêmico poderá ser indicativo na criação de políticas públicas voltadas ao combate dos crimes sexuais que assola a sociedade.

Ex positis, e diante da grande valor acadêmico que o trabalho poderá gerar para a sociedade, não vislumbro impedimento para tal desiderato, pelo que OPINO pela autorização do ente público para que tenha acesso aos dados necessários para a implementação do projeto.

↓

PC/DEPIN
À COBESP/DEPIN.

SSA, 25.05.2011

Maria Paula Souza Mota
Maria Paula Souza Mota
Delegada de Policia
Assessora Técnica do DEPIN

25 05 11
Jypan



SSP/BA/POLÍCIA CIVIL/DEPIN
Coordenação das Delegacias
Especializadas - CODESP

Despacho

Retorne-se à 1ª CORPIN, com cópia à DAI e DEAM/Feira de Santana, autorizando o fornecimento dos dados solicitados pela Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Em 31/05/11

Carmen Dolores B. Vianna

DPC/Carmen Dolores Brito Vieira Bittencourt
Carmen Dolores B. Vianna
Delegada de Policia Civil
Coordenadora

RECEBIDO
07/06/11

DEPIN
ARQUIVADO
07/06/11
Jypan

1.ª Coordenadoria de Policia
ESTADO DA BAHIA
PROT. COLO
N.º 1292

RR
[Signature]
13/06/11

**CONSELHO TUTELAR 1**

Lei Federal nº 8.069/90 - Lei Municipal 2.514/04
Rua Comandante Almiro, 895– Brasília
(Rua do ponto de ônibus da Rodoviária)
CEP: 44067-060 – Feira de Santana-BA

Feira de Santana, 10 de Junho de 2011.

DECLARAÇÃO

O Conselho Tutelar I por seu representante abaixo assinado declaro para os devidos fins de direito que foi informado e que aceitou que o NNEPA (Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e Adolescência, coordenada pela Sr^a Prof^a. Dr^a Maria Conceição Oliveira Costa, professora Titular do departamento de Saúde da UEFS de Feira de Santana-BA, tenha acesso aos registros deste Conselho do período de 2006 á 2010, obedecendo rigorosamente ás regras determinadas por este órgão quanto ao sigilo das informações coletadas, para o desenvolvimento das pesquisas intituladas: **“Características epidemiológicas da violência infanto-juvenil em município do Nordeste do Brasil, em distintos períodos, após implantação do PAIR no município” e “Agressores sexuais e vitimização de crianças e adolescentes em Feira de Santana, Bahia”,** de autoria das mestrandas e profissionais de saúde, **Heloisa Lima de Sousa e Clarice Alves dos Santos**, sob coordenação da Professora acima citada.

Atenciosamente,


Danilo Araújo Pinto
Coordenador
Lei Federal Nº 8.069/90 Lei Municipal
Nº 1.831/95 Conselho Tutelar I



CONSELHO TUTELAR II

Rua Elpídio Nova,338, Coronel Jose Pinto,
Feira de Santana-Ba Cep 44051-552-Fone/Fax : 3614-3169
Lei Federal nº. 8.069 /90 Lei Municipal nº. 1.831/95

Feira de Santana,10 de Junho de 2011

Of-125/2011

De: Katiane Caldas

Coordenadora do Conselho Tutelar II de Feira de Santana

Para: Profª Dra. Maria Conceição Oliveira Costa

Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência/NNEPA/UEFS

OFÍCIO

Na condição de Coordenadora do Conselho tutelar II de feira de Santana/BA,eu, Katiane Caldas, declaro que fui informado das pesquisas intituladas “Características epidemiológicas da violência infanto-juvenil em município do Nordeste do Brasil,em distintos períodos, após implantação do PAIR”e “Agressores sexuais e vitimização de crianças e adolescentes em Feira de Santana, Bahia”, de autoria das mestrandas e profissionais de saúde Heloisa Lima de Sousa e Clarice Alves dos Santos,sob a coordenação da Profª Dra. Maria Conceição Oliveira Costa. Ciente do trabalho a ser realizado, me coloco a disposição para colaborar com a pesquisa autorizando o acesso às notificações de violência contra crianças e adolescentes no período de 2003 a 2010, para fins de coleta de dados.

Katiane Caldas dos Santos
Coordenadora
Lei Federal nº 8.069/90 Lei Municipal
nº 1.831/95 Conselho Tutelar II

Katiane Caldas
Coordenadora do Conselho tutelar II

ANEXO B – Aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA / CEP-UEFS**

Av. Universitária, S/N – Módulo I – 44.031-460 – Feira de Santana-BA
Fone: (75) 224-8124 Fax: (75) 224-8019 E-mail: cep.uefs@yahoo.com.br

Feira de Santana, 21 de outubro de 2011
Of. CEP-UEFS nº 252/2011

Senhor(a) Pesquisador(a): Profª Maria Conceição Oliveira Costa


Tenho satisfação em informar-lhe que o seu Projeto de Pesquisa intitulado “**Violência infanto-juvenil e ciclos de vitimização – agressão interpessoal, familiar e social: projeto integrado entre Universidades e Sistemas Públicas de Atendimento e Defesa de Direitos**”, registrado neste CEP sob **protocolo nº 143/2010 (CAAE nº 0141.0.059.000-10)**, foi apreciado pelos membros do CEP-UEFS e satisfaz às exigências da *Res. 196/96*. Assim, seu projeto foi **Aprovado**, podendo ser iniciada a coleta de dados com os Sujeitos da pesquisa conforme orienta o *Cap. IX.2, alínea a – Res. 196/96*.

Na oportunidade informo que qualquer modificação feita no projeto, após aprovação pelo CEP, deverá ser imediatamente comunicada ao Comitê, conforme orienta a *Res. 196/96, Cap. IX.2, alínea b*.

Relembro que conforme instrui a *Res. 196/96, Cap. IX.2, alínea c*, Vossa Senhoria deverá enviar a este CEP relatórios anuais de atividades pertinentes ao referido projeto e um relatório final tão logo a pesquisa seja concluída.

Em nome dos membros do CEP-UEFS, desejo-lhe pleno sucesso no desenvolvimento dos trabalhos e, em tempo oportuno, um ano **(21/10/2012)** este CEP aguardará o recebimento do seu relatório.

Atenciosamente,


P/ Profª Maria Ângela Alves do Nascimento
Coordenadora do CEP/UEFS